

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS**

PENHA MARA FERNANDES NADER

**A SUTILEZA DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA  
NOMENCLATURA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS.  
VITÓRIA (ES). 1970–2000.**

**VITÓRIA  
2007**

PENHA MARA FERNANDES NADER

**A SUTILEZA DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA  
NOMENCLATURA DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS.  
VITÓRIA (ES). 1970–2000.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito básico para a obtenção de grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz Nader.

**VITÓRIA  
2007**

PENHA MARA FERNANDES NADER

**A SUTILEZA DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA NOMENCLATURA DOS  
LOGRADOUROS PÚBLICOS.  
VITÓRIA (ES). 1970–2000.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito básico para a obtenção de grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Beatriz Nader  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Helena Pereira da Silva  
Universidade Severino Sombra do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup> Maria da Penha Smarzaró Siqueira  
Universidade Federal do Espírito Santo (suplente)

À filha Melissa Nader Lobo, minha alegria maior.  
À minha avó, Arminda Martins Fernandes (*in memorian*).  
À minha mãe Aysle Martins Fernandes Nader e ao meu pai, Délio Simão Nader (*in memorian*)  
Às mulheres capixabas.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à mãe Aysle Martins Fernandes Nader, por ter me proporcionado todas as condições necessárias para que eu concluísse este trabalho.

À Professora Doutora Maria Beatriz Nader, por ter aceitado meu projeto de pesquisa e ter acreditado que poderia se tornar realidade.

A todos os (as) professores(as) do Mestrado.

Ao Professor Doutor Gilvan Ventura por todas as sugestões e colaborações proporcionadas na banca de qualificação.

Ao Professor Doutor Sebastião Pimentel, que além de qualificar a pesquisa, mostrou-se sempre disponível a colaborar e me incentivar em todos os momentos.

Às amigas, especialmente Erineusa Maria Silva e Elda Alvarenga, pelo apoio e sugestões dadas.

Ao Fórum de Mulheres do Espírito Santo, pela compreensão de minha ausência.

À Câmara Municipal de Vitória, pelo apoio desde o início da pesquisa.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para o desenvolvimento e finalização desta dissertação.

## RESUMO

O movimento feminista como um movimento social que surge em reação à prática social discriminatória, denunciou diversas formas de tratamento diferenciado contra as mulheres e influenciou mudanças na sociedade, lutando por transformações na forma como o poder é exercido. A segunda onda do movimento feminista no Brasil, que surgiu num ambiente de forte contestação ao Regime Militar e aos valores tradicionais, coincide com o período de mudanças em Vitória decorrentes do processo de industrialização que alteraram substancialmente o perfil econômico, político, social e cultural da sociedade vitorriense. O presente trabalho revela o caráter sutil da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos do município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, na medida em que os nomes escolhidos pelo poder público para denominar as ruas, as avenidas e demais logradouros – portanto, para ganharem a posteridade - são predominantemente os de homens, encobrendo um preconceito significativo, despojando a mulher da memória da cidade. O Poder Público Municipal (Prefeitura e Câmara de Vereadores) possui a prerrogativa legal de nomear os logradouros das cidades, mas nem sempre ele considera a devida parcimônia entre nomes de homens e mulheres na hora de escolher quem receberá o tributo. A homenagem póstuma, como um sinal de reconhecimentos de méritos, não escapa ao quadro mais geral de discriminação sistemática de gênero que caracteriza a sociedade que adotou e mantém esta tradição universal. As mulheres são pouco lembradas com seus nomes nos logradouros como se elas não fossem dignas de recebimento dessa homenagem. O conceito de gênero, fundamental para discutir as desigualdades entre os homens e as mulheres evidencia que essas desigualdades não são naturais, mas produto e processo das relações sociais e culturais construídas historicamente e permeadas por relações de poder.

**Palavras-chaves:** movimento feminista - gênero - logradouros públicos.

## ABSTRACT

The feminist movement, as a social movement reacting to the discriminatory social practices has denounced several forms of different treatment against women and influenced several changes in society, struggling towards changes in the way power is imposed. The second wave of the feminist movement in Brazil was constructed in an environment of strong dispute with the Military System and with the traditional values and matches the period of changes in Vitória resulting from the industrialization process that substantially changed the economic, political, social and cultural profile of the Vitória society. This paper discloses the subtle character of the gender discrimination in the naming of public places in Vitória Municipality, which is the capital of the State of Espírito Santo, as the names picked for the streets, avenues and other places - therefore, to remain for posterity - are prevalently men's names, covering a significant bias, as it keeps women away from the city history and city memory. The Municipal Public Power (Mayor and Representatives) have the legal power to name the city places, however, not always they consider the due proportion between names of men and women at the time of choosing who will be granted the tribute, the posthumous homage, as a sign of merit acknowledgement, is not far from the general picture of systematic discrimination of genders that characterizes the society that adopted and keeps this universal tradition. Women are not well remembered by their names in places, as if women were not worthy of receiving such a homage. The gender concept, crucial to discuss unbalances between men and women evidences that they are not natural, however product and process in the social and cultural relations, historically built and permeated by power relations.

**Key - words:** feminist movement - gender - public places.

## LISTA DE SIGLAS

- CCA – Cruzada Cívica do Alistamento
- CEB´S – Comunidades Eclesiais de Base
- CIM – Centro de Integração da Mulher
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino
- FECATA – Federação Capixaba de Teatro Amador
- FESPF – Federação Espírito-Santense para o Progresso Feminino
- GEM – Grupo de Estudos da Mulher
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
- PEA – População Economicamente Ativa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- SINDIBANCÁRIOS – Sindicato dos Bancários
- SINDIUPES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
- SINDISAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Espírito Santo
- TVT – Tevê dos Trabalhadores
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de nomes de mulheres e de homens nos logradouros públicos de Vitória.....	71
Gráfico 2 - Diferenciação da denominação de logradouros com nomes de pessoas e outros nomes. Vitória. 1970 à 2000.....	73
Gráfico 3 - Homenageados nos logradouros públicos de Vitória, antes de 1970 e de 1970 a 2000.....	75
Gráfico 4 - Crescimento das homenagens às mulheres, por década. 1940 a 2000.....	76
Gráfico 5 - Nomes de homens e de mulheres homenageados nos logradouros públicos. Vitória. 1970 a 2000.....	78
Gráfico 6 - Profissões encontradas nas justificativas dos projetos de lei de logradouros públicos. Vitória. 1970 a 2000.....	80
Gráfico 7 - Percentual de mulheres casadas em comparação com outros estados civis não identificados, citadas nas justificativas dos projetos de lei de logradouros. Vitória – Décadas de 1980 a 2000.....	85

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 HISTÓRIA, FEMINISMO E GÊNERO</b> .....	20
1.1 MOVIMENTO FEMINISTA E GÊNERO: ASPECTOS TEÓRICOS.....	20
1.2 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES EM VITÓRIA.....	29
1.3 AS MULHERES CAPIXABAS: FEMINISMO, POLÍTICA E TRABALHO.....	35
<b>2 TOPONÍMIA, MEMÓRIA E PODER – REGISTROS PARA SEREM LEMBRADOS</b> .....	46
2.1 MEMÓRIA E PODER.....	47
2.2 A TOPONÍMIA E A CIDADE DE VITÓRIA.....	55
2.3 TOPONÍMIA E PODER EM VITÓRIA.....	66
<b>3 A SUTILEZA DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO</b> .....	70
3.1 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE VITÓRIA.....	70
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa assenta-se na investigação da relação existente entre a discriminação de gênero e a nomenclatura de logradouros públicos<sup>1</sup>, não obstante a aparente distância entre os dois assuntos.

É um trabalho onde a interface gênero/logradouros, levada a um exame científico, revela, de forma inequívoca, uma discriminação sutil contra as mulheres na sociedade.

Um simples olhar ao redor de nossas moradias e bairros é capaz de revelar o predomínio de nomes masculinos batizando ruas, avenidas, praças e outros logradouros públicos na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. E sendo este batismo uma tradição para homenagear pessoas que sejam merecedoras do tributo, é como se o poder público da cidade estimasse que os homens têm a preferência na indicação da denominação dos logradouros.

Apesar dos avanços conquistados na longa jornada das mulheres por seus direitos, a discriminação contra elas ainda pode ser verificada nas mais diversas dimensões da vida social. As discriminações são bastante visíveis, e por isto mesmo até mais enfrentadas e combatidas. Nesse plano estão, por exemplo, as relacionadas às questões econômicas, como a que persiste em manter a maioria dos homens recebendo salários superiores aos das mulheres, simplesmente por serem homens. É como se a natureza biológica justificasse a desigualdade, mas sua explicação reside na esfera cultural.<sup>2</sup>

Contudo, há os casos em que a discriminação aparece não tão explicitamente e apresenta-se de forma astuta, capciosa, quase que imperceptível. Deslindar a

---

<sup>1</sup> Logradouro Público: é a denominação genérica de locais de uso comum destinado ao trânsito ou permanência de pedestres ou veículos, do tipo rua, avenida, praça, parque, viaduto, beco, calçada, travessa, ponte, escadaria, alameda, passarela e áreas verdes de propriedade pública municipal.

<sup>2</sup> Para Simone de Beauvoir, ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Assim como ninguém nasce homem, torna-se homem a partir de contextos sociais determinados que estabelecem atitudes e posturas consideradas masculinas ou femininas.

discriminação mais sutil, menos visível ao senso comum, é o propósito desta dissertação. Preliminarmente, portanto, está a constatação da precária quantidade de nomes de mulheres nos logradouros públicos da capital do Estado do Espírito Santo, onde vivo e trabalho. Está constatado também, que a escolha da nomenclatura de logradouros públicos, da forma como ela se dá, é mais um modo de reprodução da discriminação de gênero, entre tantos outros existentes, abertos ou encobertos, em nossa sociedade.

E por que residiria aí mais uma forma de reprodução da discriminação? Ora, os nomes são dados aos logradouros por causa da necessidade de se identificar devidamente os lugares, naturais ou construídos que pertencem a todos e dos quais todos são usuários. A escolha é definida e oficializada pelo poder público de Vitória (Prefeitura Municipal e Câmara Municipal), que tem esta prerrogativa legal, delegada nas eleições pelos homens e mulheres que ele representa. Se não fosse a tradição de nomeá-los, os logradouros públicos poderiam ser distingüidos apenas por números ou outra representação simbólica despersonalizada que cumprisse a mesma finalidade. A questão é que a nomenclatura dos logradouros públicos está ligada também a uma pedagógica homenagem às pessoas que, aos olhos de quem detém o poder, são julgadas dignas do tributo, nesse caso homens são a maioria. E é esse um costume existente em todas as sociedades conhecidas desde tempos imemoriais.

Inserida como tradição universal, a prática de se dar nomes de pessoas aos logradouros públicos, tem a sua história como sinal de um reconhecimento de méritos. O problema é que a escolha do nome do logradouro não escapa do quadro de discriminação sistemática de gênero que caracteriza a sociedade que adotou e mantém a tradição. De modo geral, é como se a população das cidades aceitasse que suas mulheres não fiquem como credoras do reconhecimento. A explicação para essa desconsideração em relação à mulher pôde ser resgatada pelo estudo da nomenclatura de logradouros da cidade de Vitória, que esta pesquisa explora e relaciona com a problemática de gênero.

A pesquisa da toponímia feminina remeterá ao próprio movimento feminista que é, obviamente, uma ação social possuidora também de uma história própria. Lida-se,

portanto, com fenômeno resultante das ações da sociedade. A investigação empreendida neste trabalho buscou a conexão entre as duas trajetórias históricas – a da toponímia e a do movimento feminista – para analisar a pronunciada valorização do masculino sobre o feminino e as suas implicações na reprodução da discriminação de gênero.

Sendo a história dos topônimos uma tradição social de dar nomes aos lugares e o movimento feminista também resultante da ação da sociedade, a pesquisa voltou-se para a investigação do encontro desses dois campos até agora somente estudados de forma independente. Esse é o caminho que se apresentou como o mais adequado para alcançar os fins pretendidos por esta dissertação.

Inicialmente a pretensão era de apenas realizar uma confrontação quantitativa entre nomes masculinos e femininos em todos os logradouros públicos de Vitória. Por certo um levantamento de tal ordem já exibiria números conclusivos mostrando a desproporcional predominância de nomes de homens. Entretanto, a partir de aulas, consultas e debates sob a orientação da professora doutora Maria Beatriz Nader, do Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas, evidenciou-se a importância de um estudo mais profundo, que fosse capaz de alcançar, no plano teórico e também no trabalho de pesquisa de campo, o maior número de elementos que explicassem, com rigor científico, os fenômenos ali implicados.

O conceito de gênero, fundamental para discutir as desigualdades entre os homens e as mulheres, permitiu que fosse abandonada a altivez que justificava as diferenças e suas repercussões nos direitos, pelas características biológicas, deixando evidente que essas diferenças fossem construídas historicamente, como produto das relações sociais e culturais. Logo, por ser fundamental para discutir as desigualdades sociais entre homens e mulheres, o tema gênero foi tomado como pano de fundo do presente trabalho.

Como categoria de análise histórica, o conceito de gênero fornece à pesquisa o campo privilegiado onde se articula o poder. E, a dimensão de poder que o conceito de gênero provisiona ajudará a identificar que também na denominação de logradouros públicos se localiza uma forma pouco conhecida de reprodução da

discriminação de mulheres, na cidade de Vitória, no período escolhido para esta pesquisa.

O recorte histórico, 1970 a 2000, permite colher as repercussões das principais ações empreendidas pela segunda onda do movimento feminista no Brasil, que surgiu num ambiente de forte contestação ao Regime Militar e aos valores tradicionais, que propiciava o aparecimento de novas formas de organização. O movimento feminista aqui será aceito como intermediário entre um e outro momento da história da nomenclatura dos logradouros públicos da capital capixaba.

Os anos 1970 coincidem com mudanças de maior impacto na cidade de Vitória, decorrentes do processo de industrialização, que alteraram substancialmente o perfil econômico, político, social e cultural da sociedade capixaba e dos municípios circunvizinhos, que formam a região metropolitana. Foi aquele um processo de crescimento acelerado no último estado da Região Sudeste que ainda não havia alcançado sua etapa industrializante. Com sua economia muito dependente das atividades cafeeiras, o Espírito Santo, que sofrera abalos com a erradicação do produto, passava a necessitar de novas perspectivas. E essas se materializaram na instalação dos mega-projetos industriais, atraídos pela logística capixaba favorável até então inexplorada. O novo modelo de desenvolvimento imposto de fora para dentro produziu, como era de se esperar, enormes impactos sociais. Entre eles, a maior migração interna da história do Espírito Santo, no sentido campo-cidade, passando a capital a ser o principal destino de um contingente sem precedentes de pessoas, numa época em que ainda não havia condições razoáveis para isso.

Contudo, logo o Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo se multiplicaria, com a economia gerando milhares de novos postos de trabalho e ocupações. Porém, as demandas sociais manter-se-iam crescentes, sempre num ritmo superior à capacidade de absorvê-las. Vitória, de uma cidade de médio porte, nascida ao redor de um pequeno porto, logo passaria a acumular os inúmeros problemas próprios dos centros urbanos modernos.

Esgotada a capacidade de aumentar a área física da cidade com os aterros na ilha, os bairros espalharam-se para a região norte, levados pela especulação imobiliária.

Uma classe média, empregada nas grandes empresas, passou a demandar melhores serviços públicos e moradias, enquanto as classes populares foram sendo compelidas às moradias inadequadas, num acidentado processo de ocupação desordenada. A cidade ficou desmedida. O governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura Municipal de Vitória precisaram se equipar a fim de dar conta das necessidades crescentes. Novas avenidas, ruas e becos foram abertos, e praças, escadarias e pontes foram construídas. A cidade precisou instituir uma estrutura legisferante, com códigos de postura e todo o aparato legal que pudesse disciplinar o funcionamento dos espaços de convivência, inclusive estabelecendo critérios para a nomenclatura dos logradouros públicos. A representação política alterou-se inapelavelmente depois de 1985, quando os capixabas passaram a escolher, por meio do voto, o seu prefeito.<sup>3</sup>

Os vereadores, por uma maior proximidade com a população, pela necessidade do voto, vivenciaram um novo cenário social, influenciado pela atuação dos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, que protagonizou uma mudança radical no comportamento das mulheres e, por conseqüência da sociedade. A ação dos movimentos sociais pode redefinir os valores usados como referência mais adequada para o julgamento de quem é merecedor de uma homenagem e isso pode variar com o tempo e as circunstâncias. Esse fenômeno influenciou os vereadores quando da escolha da denominação de logradouros, ao forçar um ajustamento a esse novo cenário, o qual coincidia com a proximidade de encerramento de um milênio e a chegada de um novo.

Mesmo um levantamento superficial, feito na Prefeitura Municipal de Vitória, é bastante para constatar a desigualdade de gênero nesse que é, certamente, o mais popular tributo conferido a uma pessoa que eventualmente tenha contribuído para a construção da cidade. A importância de ter um logradouro público conhecido pelo seu nome, transcende a própria pessoa do homenageado, porque a história de uma cidade pode ser contada até mesmo a partir da nomenclatura de seus logradouros, pois esses são também lugares de memória. As pessoas homenageadas ficam

---

<sup>3</sup> Durante o Regime Militar os prefeitos eram nomeados pelo governador. A prerrogativa de voltarem a ser eleitos pelo voto direto, junto com os vereadores, para um mandato de quatro anos, só seria restabelecida em 1985.

inscritas na história de sua comunidade como uma referência de uma determinada época.

Os nomes dos logradouros revelam o que, numa dada sociedade, é estimado como merecedor da homenagem e o que parece digno de um agradecimento. Portanto, o nome do beneficiado é projetado para o futuro, ao mesmo tempo em que também pode contribuir para explicar o passado.

O movimento feminista, que aparece como uma reação à prática social discriminatória, terá, nesse caso, sua intervenção percebida. Como um movimento que objetiva a valorização e reconhecimento do papel feminino na formação da sociedade, ele permitirá que se lhe extraia o saldo de sua intervenção no que diz respeito à nomenclatura dos logradouros públicos.

Entre outras ações, o movimento feminista denunciou diversas formas de discriminação contra as mulheres e forneceu contribuições que influenciaram mudanças na vida de mulheres em muitos países do mundo, inclusive no Brasil. O feminismo surgiu exatamente em decorrência da existência desta discriminação social, lutando por mudanças na forma como o poder é exercido e como ele promove a reprodução das discriminações.

Assim sendo, a pesquisa vai identificar e analisar como se traduziu a discriminação de gênero no ato de poder, político e social, de definir os nomes dos logradouros públicos numa cidade importante como a capital do Estado do Espírito Santo. E isto será feito considerando o movimento feminista como elemento capaz de exercer influência junto às instâncias do poder político.

Para isso, o primeiro capítulo estuda o movimento feminista como um dos movimentos sociais e políticos mundiais e suas repercussões na vida das mulheres. Nesta etapa encontrar-se-á o desenvolvimento do conceito de gênero, como uma categoria de análise histórica e entendido como parte constituinte das relações sociais e uma forma de dar significado às relações de poder. Ainda, o capítulo mostra o movimento feminista no Brasil, desde a sua gênese até o momento em que passou a exercer influência no rompimento de padrões tradicionais e autoritários,

consolidados historicamente na sociedade brasileira. Em sua trajetória, o movimento destaca-se de forma importante, na consolidação da democracia, para que muitas conquistas pudessem ser alcançadas, não só para inserir as mulheres no mercado de trabalho, mas também para torná-las visíveis na sociedade em geral. No regime democrático a luta emancipacionista feminina ganhou mais desenvoltura e maturidade, permitindo, inclusive, que na fase de institucionalização da democracia muitos direitos da mulher brasileira fossem fixados na nova Constituição Federal.

Também são contextualizadas a cidade de Vitória e as inúmeras mudanças sociais advindas do processo de industrialização e da urbanização, a partir dos anos 1970. São lembradas as ações empreendidas pelas mulheres, em Vitória, na sua luta pelos direitos sociais e políticos e os desafios colocados na agenda do nascente movimento feminista capixaba.

O segundo capítulo discute os aspectos conceituais da toponímia e sua relação com a tradição universal de perenizar personalidades que, de alguma forma, prestaram serviços relevantes à sociedade – ou são percebidas pelos que detêm o poder como tendo realizado tais feitos. Discorre sobre a elevada importância dessas obras notórias e coletivas erguidas pelo poder público. Descreve o processo institucional da atividade de dar nomes aos logradouros, prevista nos códigos de posturas municipais, nos regimentos internos do Poder Legislativo, em seus vários níveis. No caso da capital capixaba, será analisado o dispositivo que estabelece os critérios para a definição da nomenclatura, exatamente por entender que ele é um instrumento revelador da discriminação.

O terceiro capítulo verifica o impacto do movimento feminista sobre a nomeação dos logradouros públicos, analisando os aspectos legais da questão e sua possível interferência no ato do poder de nomear os logradouros públicos de Vitória. Utiliza dados de diversas informações levantadas no trabalho de campo da investigação empreendida. A pretensão é a de mostrar que a política de denominação de logradouros foi influenciada pelo Movimento Feminista, no período delimitado para a pesquisa, 1970 até 2000. Primeiro, no que se refere à mudança quantitativa dos nomes femininos nos logradouros. Houve 100% de aumento de logradouros com

nomes de mulheres. Depois, em relação à mudança das justificativas dos projetos de lei no que se refere à descrição do perfil das mulheres homenageadas.

A relevância do tema está no papel que a presente pesquisa cumprirá suprimindo lacunas bibliográficas relativas ao enfoque proposto. Sendo assim, este trabalho abre espaço para que novas investigações sejam feitas sobre a relação da nomenclatura dos logradouros da cidade de Vitória com a questão de gênero em outros municípios, estados e até mesmo no país. O trabalho poderá contribuir também para outras pesquisas sobre os diversos tipos de discriminações sutis não menos danosas à causa da emancipação feminina.

A produção científica sobre gênero e também sobre logradouros tem crescido, muito embora ainda em distintos domínios do conhecimento acadêmico. O vazio está situado exatamente numa abordagem que pondere a relação entre os dois temas do ponto de vista histórico. Pesquisas anteriores envolvendo a relação entre ambos os assuntos também não são conhecidas.

Além disso, esta pesquisa poderá favorecer uma maior conscientização social acerca da escolha de nomenclatura de um logradouro qualquer, na medida em que se entender que o ato de denominar logradouros, como uma atividade política e social, reproduz a discriminação de gênero.

Todas as cidades do mundo possuem seus logradouros, e eles repercutem na vida das pessoas das mais variadas maneiras: forjam a identidade de uma cidade, dão racionalidade logística e permitem que seus moradores vejam-se diante de si próprios e de sua história.

As autoridades municipais, prefeitos e vereadores, que possuem a prerrogativa legal para as denominações, nem sempre consideram a necessária parcimônia com a qual possam contemplar, com justeza, homens e mulheres que eventualmente tenham protagonizado a edificação da cidade. Se o conteúdo da honraria é, portanto, a recompensa, questiona-se a quantidade e a qualidade desse reconhecimento no que diz respeito à equidade aplicada entre homens e mulheres.

Os logradouros públicos são conhecidos e reconhecidos por seus nomes próprios. O costume de dar-lhes nomes de pessoas faz parte de uma cultura quase que universal de homenagear indivíduos pelo que contribuíram para a construção do lugar, como um tributo aos protagonistas sociais. As cidades seguem crescendo, erguendo novos espaços públicos que recebem respectivas denominações, mas poucos se apercebem dos efeitos dessa tradição e muito menos se dão conta que os dispositivos legais existentes para definir as nomenclaturas podem muito bem deixar de ser discriminatórios.

# 1 HISTÓRIA, FEMINISMO E GÊNERO

## 1.1 MOVIMENTO FEMINISTA E GÊNERO: ASPECTOS TEÓRICOS

Durante o século XIX, movimentos revolucionários e reivindicatórios de inúmeros países do mundo incorporaram mulheres que projetaram publicamente sua luta por direitos sociais. Tanto os homens como as mulheres da classe operária ganharam força, ao longo do processo de construção das organizações sindicais, realizando protestos e greves por melhores condições de trabalho e de vida.

O direito ao voto é um exemplo desta luta. Por muito tempo restrito aos homens, o sufrágio universal também foi uma luta ardorosa das mulheres. Teve início em 1848, nos Estados Unidos, e se estendeu por mais de sete décadas até colher resultados.

Em fins do século XIX, as mulheres já ocupavam, na economia, o setor terciário, como o trabalho em escritórios, lojas e serviços em centrais telefônicas e profissões assistenciais, apesar de o aumento do setor ter sido uma das maiores tendências do século XX, em todo o Ocidente, segundo Hobsbawm.<sup>4</sup> Esse autor ressalta que, no século XX, o papel impressionantemente maior desempenhado pelas mulheres, e sobretudo pelas mulheres casadas, na sociedade, foi a grande mudança que afetou a classe operária e outros setores das sociedades desenvolvidas. Ressalta, também, que dois fatores formaram o pano de fundo para o reflorescimento dos movimentos feministas nos países ocidentais a partir da segunda metade do século XX, que são a entrada das mulheres casadas, mães em sua maioria, no mercado de trabalho e a expansão da educação superior.<sup>5</sup>

Em um ambiente de forte contestação ao sistema capitalista e aos valores tradicionais, surge, por volta de 1965, a segunda onda do feminismo, conhecido como neofeminismo, reforçado por novas formas de organização social.

---

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 304.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, 1995. p. 305.

Conjuntamente, diversas modalidades do movimento social, tais como hippies, negros, homossexuais e mulheres, ao questionarem o modelo dominante estabelecido, acabaram por criar um novo clima cultural, político e comportamental.<sup>6</sup>

Toda essa efervescência social deu origem a revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução, ou seja, no lazer e nas artes comerciais. Partilhando desta assertiva, Gohn<sup>7</sup> ressalta que os movimentos sociais geraram várias inovações nas esferas públicas e privada, além de contribuírem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Observa-se que essas contribuições ajudam nas análises de períodos de média e longa duração histórica, sempre observando os ciclos de protestos delineados.

As organizações de mulheres em busca de igualdade social, política e econômica explodem nos Estados Unidos que logo passam a influenciar mulheres de toda a Europa. Essas organizações trazem consigo a inadiável e desafiante tomada de consciência de todas as formas de opressão do pós-guerra até os nossos dias e o repúdio das reformas lentas e graduais. O neofeminismo, grosso modo, pode ser entendido como reação à subordinação imposta pelo homem à mulher. Grupos neofeministas surgiram, fixando alguns pontos fundamentais unificadores, como, por exemplo, a recusa de que a pessoa humana, homem ou mulher, possa ser identificada por seu sexo, sem considerar os condicionamentos culturais, o domínio ou gestão do próprio corpo e o reconhecimento do trabalho da mulher em qualquer atividade na indústria ou no comércio.<sup>8</sup>

Este novo momento do feminismo denunciou toda forma de opressão e discriminação contra as mulheres e os mecanismos de sua subordinação à família, mostrando que o pessoal também deve e pode ser político. A separação da vida entre esfera privada e esfera pública foi apontada como um dos pilares fundamentais da opressão das mulheres no capitalismo<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> FÁRIA, Nalu (Org.). **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1998.

<sup>7</sup> GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.

<sup>8</sup> BUSSOLA, Carlo. O feminismo: história de uma ideologia moderna. Vitória: **Revista de Cultura**; p. 59 a 60. Ufes, 1985.

<sup>9</sup> FÁRIA, 1998.

As reivindicações do feminismo por igualdade de direitos relativos à condição da mulher como, por exemplo, direito ao aborto, direitos reprodutivos, sexualidade, saúde, trabalho doméstico e relações trabalhistas, englobavam também a luta pelo poder. E questionando as relações sociais estabelecidas na sociedade, as mulheres exigiam mudanças nas condições em que o poder era exercido. Ficava claro, portanto, que as desigualdades sociais foram sendo construídas culturalmente em diferentes sociedades e períodos históricos.

É notório que muitas reivindicações foram alcançadas, mesmo persistindo desigualdades não somente de gênero, mas também de classe, raça/etnia e geração. As conquistas, muito embora ainda não assegurem direitos sociais e políticos à totalidade das mulheres, foram frutos da resistência e da luta de inúmeras delas. Essas últimas colocaram-se à frente de seu tempo e, com firmeza, enfrentaram a ideologia machista, muitas vezes doando as próprias vidas.

A ideologia machista é utilizada para caracterizar atos, físicos ou verbais, por meio dos quais se manifesta de forma vulgar o sexismo subjacente à estrutura social. É um conjunto de leis, normas e atitudes sócio-culturais cuja finalidade, explícita ou implícita, tem sido produzir manter e perpetuar a escravidão e submissão da mulher em todos os níveis: sexual, procriativo, laboral e afetivo<sup>10</sup>. Complementando tal pensamento, Bússola<sup>11</sup> entende que o machismo também pode ser visto como o modo de agir, sentir e atuar, atribuindo ao homem a supremacia física, moral e intelectual sobre a mulher, garantindo-lhe o poder político, social e econômico.

O feminismo, no entanto, não se coloca como antônimo do machismo, buscando a supremacia das mulheres sobre os homens, mas, sim, como revela Bússola<sup>12</sup>, “[...] visa pura e simplesmente à destruição do poder machista que há milênios subjuga as mulheres”.

O feminismo tornou-se um movimento publicamente visível, que se revela em todas as esferas nas quais hajam mulheres e busca romper com os modelos políticos

---

<sup>10</sup> **Dicionário ideológico feminista**. Vitoria Sal. Ed. Icaria, España, 1991.

<sup>11</sup> Bússola, 1985.

<sup>12</sup> Bússola, 1985, p. 59.

tradicionais e autoritários, que definem como política somente ações da esfera pública. Isto porque procura superar as formas de organização tradicionalmente masculinas e revela que as relações interpessoais são permeadas por componentes de poder e hierarquia. Uma das características do movimento feminista é a auto-organização das mulheres em grupos e múltiplas frentes, que se mobilizam para reivindicar direitos sociais e políticos, promover debates, pesquisas, cursos, campanhas, além de formação de editoras especializadas, manifestações culturais e inúmeras formas práticas de expressão do movimento.<sup>13</sup>

A construção de uma teoria feminista foi tomando seus primeiros contornos no final da década de 1960. A partir desse período, outras frentes de luta foram incorporadas às reivindicações feministas, como as raízes culturais das desigualdades sociais. Começaram por questionar a naturalização das desigualdades sociais baseada nas diferenças biológicas, que camufla a hierarquia de poder dos homens sobre as mulheres, na sociedade. As raízes da opressão das mulheres e a hierarquia sexual passaram a ser vistas como frutos de relações sociais construídas ao longo do tempo e, por isso, passíveis de transformação.

É com essa força política e enorme potencial de transformação social que o feminismo tomou força como um movimento de massas. Tornou-se um movimento que incentivou estudos e pesquisas dos mais diversos campos e organizações, que desenvolveram inúmeras atividades, como debates, grupos de trabalho, palestras, cursos e publicações, além de campanhas e mobilizações de milhares de mulheres que fizeram reivindicações específicas em diversos países.

Nas universidades, inúmeras temáticas antes não pesquisadas foram incorporadas como novos objetos pela Nova História, colocando as mulheres como protagonistas da história e não mais como meras coadjuvantes.

Martins<sup>14</sup> afirma que não se tratava de fazer uma “história das mulheres” como fruto do movimento feminista, mas buscava-se o aprimoramento teórico-metodológico

---

<sup>13</sup> ALVES, Branca Moreira e Pitanguy, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>14</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. Apresentação. In. SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 7-10.

para recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos. Na produção desses trabalhos, a mulher passou então a marcar uma presença mais pronunciada nas pesquisas históricas, só que ainda numa perspectiva globalizante como se todas elas fossem iguais.

A partir dos anos 1970, a pesquisadora Soihet<sup>15</sup> começa a questionar a homogeneidade das mulheres, destacando que o modelo de “mulher da família patriarcal” focalizava somente as da classe dominante e não a totalidade existente na sociedade. Havia mulheres negras e mulheres brancas pobres, havia mulheres trabalhadoras e todas eram diferentes entre si pelas suas crenças, por sua condição social e etnia. Soihet destaca a atenção à diversidade da categoria mulheres em toda sua amplitude, opondo-se a generalizações e fazendo emergir novos objetos de pesquisa.

Mas não só ocorreram tentativas teóricas no sentido de explicar a diversidade entre as mulheres. Começaram também a surgir estudos sobre as desigualdades persistentes entre homens e mulheres em diversas sociedades, nos últimos anos. Joan Scott<sup>16</sup>, pioneira na formulação do conceito de gênero como categoria de análise histórica, empreendeu esforços no sentido de compreender as desigualdades entre os gêneros. De acordo com ela, o surgimento do termo gênero, divulgado inicialmente pelas feministas inglesas e norte-americanas, veio garantir o reconhecimento político desse campo de pesquisa e os estudos passaram a ser denominados estudos de gênero.

Logo, os estudos de gênero se revelaram de grande seriedade científica, neutralidade em relação à política e principalmente, recuperava-se a experiência conjunta de homens e mulheres em toda sua complexidade, afirma Martins.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> SOIHET, R. História, Mulheres, Gênero. Contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>16</sup> SCOTT, 1990. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In **Educação e realidade**. Porto Alegre 16(2)5-22. 1990.

<sup>17</sup> MARTINS, 1997.

Este raciocínio também é desenvolvido por Scott<sup>18</sup> na formulação de seu conceito de gênero. Para ela, a lógica da “oposição binária” que hierarquiza homens e mulheres como pares opostos, que não se relacionam entre si de inúmeras formas, expressa uma visão de antagonismo sexual como algo fixo, imutável, natural e eterno, além de adotar a existência de uma condição feminina universal. Por ser gênero um termo relacional, possibilita a desconstrução da oposição binária sem, contudo, diluir a discriminação e opressão sofrida pelas mulheres. Mas o conceito de gênero permite qualificar minuciosamente percepções de discriminação.

As teorias vigentes até então davam ênfase apenas às distinções biológicas entre os sexos para explicar as desigualdades entre os homens e as mulheres. E, os estudos de gênero se colocavam contrários ao determinismo biológico, que se limitava à condição sexual, dizendo respeito não somente ao processo de identificação sexual, mas também considerando os aspectos socialmente construídos.

Como um conceito científico equivalente ao de classe e de etnia, gênero foi se firmando como uma categoria importante de análise histórica, contribuindo para analisar as relações entre a subordinação das mulheres e as transformações sociais e políticas.

Muitas vezes o conceito de gênero é confundido com o feminismo. Entretanto, o feminismo é um movimento social espontâneo que existe independentemente das pesquisadoras, sejam elas feministas ou não. O conceito de gênero, que nunca foi consenso entre as feministas<sup>19</sup>, só pode ser compreendido a partir da relação estabelecida socialmente entre os homens e as mulheres. Gênero é um conceito que colaborou para enriquecer o feminismo enquanto movimento social e político. Faria e Nobre<sup>20</sup>, argumentam que “Esse conceito coloca claramente o ser mulher e

---

<sup>18</sup> SCOTT, 1990.

<sup>19</sup> As feministas francesas, por exemplo, defendem a terminologia “sexo”, ao invés de gênero, pois este traria em seu bojo a dimensão social e não apenas a dimensão biológica, considerando que o próprio biológico é determinado pelo condicionamento social. SILVA, Alice Inês de O. Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

<sup>20</sup> FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam. Cidadania para mulheres. In: XVIII CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO E CONGRESSO ESTATUTÁRIO, 11/1995, Vitória: Sindiupes, 1995. p. 29-30.

ser homem como uma construção social a partir do que é estabelecido como masculino e feminino e dos papéis sociais destinados a cada um deles”.

Logo, os símbolos, as representações, as normas e valores sociais, ou seja os pensamentos e as práticas cotidianas elaboradas pelas sociedades de acordo com as diferenças sexuais, não devem ser identificadas como naturais, por serem parte integrante das relações sociais de poder. As construções do que é ser homem e do que é ser mulher em cada sociedade não são fixas nem imutáveis. Do mesmo modo, entende-se que as relações sociais entre os homens e as mulheres estão em constante movimento, sofrendo transformações e influências de diferentes experiências, em qualquer tempo histórico e cultural.

De acordo com Scott<sup>21</sup> gênero tornou-se uma categoria útil de análise histórica, articulando-se às categorias etnia e classe e pode ajudar na construção de uma nova perspectiva de como pensar e fazer a história da humanidade. Nesse sentido, estudar gênero contribui para se compreender melhor que a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres é determinada por outros fatores que não só o biológico.

Logo, gênero e sexo não possuem o mesmo significado. Ao sexo está implícita a condição natural de macho e fêmea, que diferencia os seres apenas por seus órgãos sexuais. E ao gênero, que vai além do determinismo biológico, está implícita a abrangência do aspecto social das relações entre mulheres e homens. O conceito de gênero desenvolvido por Scott<sup>22</sup> divide-se em duas partes diversas e subconjuntas, mas que devem ser diferenciadas analiticamente, sendo que o núcleo principal deve repousar na integração das duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

---

<sup>21</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 22, jul./dez, 1990.

<sup>22</sup> SCOTT, 1990.

Saffioti<sup>23</sup> também observa que o gênero é relacional, pois atravessa a identidade do homem e da mulher ao mesmo tempo que a constrói. Isto evidencia que os valores e comportamentos aprendidos e reproduzidos pelos homens e pelas mulheres são adquiridos desde o nascimento, ou até mesmo anteriormente, ainda no útero da mãe.

A educação recebida pelos agentes socializadores como a família, a escola e a igreja, caracterizam o sexo feminino como frágil, meigo, passivo, submisso e o sexo masculino como forte, ativo, viril e ousado. Por eles, as meninas devem aprender desde cedo que o lugar que mais lhes compete é o privado, enquanto os meninos aprendem a lidar muito cedo e com mais desenvoltura com tudo que seja público. Os próprios brinquedos divididos por sexo refletem essa realidade: bonecas, casinha, vassoura, fogão, ferro, ou seja, brinquedos que reproduzem a casa, o privado, para as meninas; enquanto carro, bola, skate, pipa, entre outros, que são mais apropriados para se brincar fora de casa, na rua, no público, para os meninos.

Esse imaginário que vai sendo construído sobre o lugar que meninos e meninas devem ocupar na sociedade, delineiam-se de forma rígida e absoluta. A sociedade delimita os espaços em que a mulher e o homem devem interagir ou atuar em razão dos papéis sociais exercidos e esperados por cada um.<sup>24</sup>

A situação de desigualdade social que ainda a maioria das mulheres vive em relação aos homens é encoberta justamente por essa naturalização do social, como se fosse um destino para elas.<sup>25</sup>

Gênero, portanto, desvenda concepções consideradas deterministas e também preconceituosas em relação a diferentes situações vividas pelas mulheres. Por outro lado, gênero também pode ser utilizado para analisar as transformações sociais e políticas e as relações de subordinação das próprias mulheres na sociedade.

---

<sup>23</sup> SAFIOTTI, Heleith I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo. Moderna, 1987 (Coleção Polêmica). Sobre o assunto ver também NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória. Edufes, 1997.

<sup>24</sup> NADER, Maria Beatriz. Papéis sociais. **Revista Dimensões**.

<sup>25</sup> SAFIOTTI, 1987.

A forma de definição e articulação dos interesses de gênero que são definidos e articulados dentro das instituições políticas sugerem sinais para se entender as relações entre a mulher e a política.<sup>26</sup>

Embora haja a identificação de que as várias abordagens empregadas para a compreensão de gênero tenha limitações teóricas, torna-se importante destacar que todas elas trouxeram contribuições fundamentais para o aprofundamento dos estudos de gênero.

Saffioti<sup>27</sup> destaca classe, gênero e raça como eixos que estruturam contraditoriamente a sociedade e não operam separadamente, de modo isolado, mas numa correlação de forças, num movimento construído nas relações sociais e históricas. O estudo de Souza-Lobo<sup>28</sup> sobre a análise da relação classe-gênero, evidencia que essas relações apresentam-se de maneiras variadas em diferentes contextos históricos, e que as relações de classe são sexuadas e transversais, assim como são classistas as relações sexuais. Logo, os sujeitos, tanto individuais como coletivos, são, concomitantemente, produto e produtores das relações sociais, que são permeadas por redes de poder.

---

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver ALVAREZ, Sônia In CAMACHO, Thimoteo. **Mulher, trabalho e poder** - o machismo nas relações de gênero da UFES. Vitória: Edufes, 1997.

<sup>27</sup> SAFIOTTI, 1997.

<sup>28</sup> SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense, 1991.

## 1.2 O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES EM VITÓRIA

Enquanto a Europa e os Estados Unidos, nos anos 1960 e 1970, apresentavam um cenário propício ao surgimento de movimentos sociais<sup>29</sup> relacionado a toda a efervescência política de revolução de costumes e de renovação cultural, no Brasil inaugurou-se a ditadura militar, com o golpe de 1964. A repressão, a cassação de direitos políticos, as mortes, a censura, os desaparecimentos, as prisões e o exílio político marcaram notadamente o período que se seguiu ao golpe político. Foi nesse contexto que surgiu e se desenvolveu o movimento feminista brasileiro.<sup>30</sup>

Na modernização acelerada promovida pela ditadura militar no Brasil, eclodiu uma enérgica cultura de resistência, expressa na crítica política ao sistema. Os vínculos tradicionais e a estrutura da família nuclear foram desestabilizados, as mulheres entram maciçamente no mercado de trabalho, questionam as diversas formas da dominação patriarcal e lutam pelo direito à cidadania. O movimento feminista adquiriu expressão questionando também os códigos da sexualidade feminina e a sociedade de consumo, que impunha modelos preestabelecidos de comportamento às mulheres.<sup>31</sup>

De acordo com Pinto<sup>32</sup>, o feminismo iniciado pelas mulheres da Europa e Estados Unidos, na metade do século XIX, influenciou as mulheres latino-americanas e brasileiras, no início do século XX. Cabe destacar que embora o auge do movimento

---

<sup>29</sup> De acordo com GOHN, movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de um repertório criado sobre temas e problemas em conflitos legítimos e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimentos, a partir dos interesses comuns. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticas compartilhadas pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (...)”GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 252.

<sup>30</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

<sup>31</sup> Nesse processo, outras organizações, como o movimento negro e o de homossexuais, surgiram, incorporando novas demandas e exigências aos padrões dominantes da sociedade. RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil**. Labrys, Estudos Feministas, n.3, janeiro/julho, 2003. p. 2-6.

<sup>32</sup> PINTO, 2003.

feminista brasileiro tenha se consolidado na década de 1970, a resistência e rebeldia das mulheres brasileiras é anterior a esse período como podem ser verificadas em diversos estudos e pesquisas de diferentes períodos da História do Brasil. Para Blay, a atuação das mulheres pode ser comprovada no processo abolicionista, na luta pela República e em vários momentos da crise política.<sup>33</sup> A participação feminina, durante todo o século XX, se destacou na luta pelo direito ao voto e em amplos movimentos populares pela melhoria da qualidade de vida. O voto, segundo Hanner<sup>34</sup> é um instrumento de progresso social e um símbolo dos direitos de cidadania e, nas primeiras décadas daquele século, o sentimento cada vez maior da necessidade do voto das mulheres foi propiciado, em muitas cidades, pela expansão dos empregos, como o serviço público, os bancos, o comércio e a educação primária.

Nessa primeira fase do movimento feminista brasileiro, o voto foi uma das mais importantes vitórias alcançadas. Mesmo com todas as fragilidades, a sociedade brasileira revelava sua inquietação, dando os primeiros sinais de organização, tanto de membros da elite como da classe operária.<sup>35</sup>

Embora o movimento feminino brasileiro por direitos políticos tenha sido considerado mais conservador, ele cumpriu um papel preponderante e ajudou a elevar o nível de consciência das mulheres de classe média em relação a seus problemas. Num mundo em constante transformação, colaborando para legitimar outras atividades que não só as domésticas. Também contribuiu na preparação do caminho para outras organizações constituídas após 1945, com a queda do governo de Getúlio Vargas e do Estado Novo.<sup>36</sup>

No longo período compreendido entre o golpe de 1937 e as primeiras manifestações nos anos 1970, o movimento feminista passou por um refluxo, em que, embora sob

---

<sup>33</sup> BLAY, Eva Alterman. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. **Mulher Hoje**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, Vol. 26.

<sup>34</sup> HANNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelo direito da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis, Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, Edunic, 2003.

<sup>35</sup> PINTO, 2003.

<sup>36</sup> HANNER, 2003.

um sistema ditatorial, as mulheres cumpriram um papel no mundo público e desenvolveram ações como o movimento contra a alta do custo de vida.<sup>37</sup>

Nessa época o Brasil vivia seu processo de industrialização, com uma conseqüente urbanização e intensificação de lutas sociais. As mulheres participaram, juntamente com estudantes e trabalhadores, dos movimentos mais gerais pela cidadania, pela redução da jornada e melhores condições de trabalho.

No Brasil, o golpe de 1964 viria modificar todo o cenário político, econômico, social e administrativo do país, passando o Estado a interferir totalmente no novo modelo econômico, agora industrializante e vantajoso para as multinacionais. O “milagre econômico” visava incentivar as exportações e não mais atender o mercado interno brasileiro<sup>38</sup>.

Para alcançar os objetivos propostos pelos militares, diversas medidas foram adotadas no sentido de controlar e reprimir manifestações populares contra o Regime. A participação popular que crescia lutando incansavelmente pela igualdade social, pela liberdade de agir e pensar, e por melhores condições de vida e de trabalho, foi duramente atacada. As perseguições políticas, torturas, infiltrações, mortes, exílio e implantação de inúmeros atos institucionais, tinham o intuito de aniquilar qualquer forma de contestação ao plano dos militares.

Em resposta, surgiram vários grupos de resistência e, dentre eles a presença feminina foi marcante, seja nos movimentos contra a carestia, nos clubes de mães, no movimento pela anistia, dentre outros. Mas, se por um lado havia o reconhecimento da luta específica, por outro os grupos organizados tinham plena consciência de que a desigualdade social era um problema que não podia ficar de fora de qualquer luta específica. O movimento feminista, ainda que permeado por fragilidades internas e perseguições políticas, conseguiu incomodar os poderes

---

<sup>37</sup> É importante destacar que, no final da década de 1940 e início de 1950, o movimento de mulheres contra a carestia e por melhorias nos postos de saúde, na educação, nas creches e nos serviços públicos não pode ser considerado feminista em sua formação ou propósitos pelo fato de que não se lutava por mudanças estruturais na sociedade.

<sup>38</sup> FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

estabelecidos, tanto o regime militar como os próprios homens da esquerda.<sup>39</sup>

Ao questionar a separação da vida entre uma esfera pública e uma esfera privada, um dos pilares fundamentais da opressão das mulheres no capitalismo, o feminismo mostrou que o pessoal também é político, ao denunciar a opressão das mulheres e os mecanismos de sua subordinação na família.<sup>40</sup>

Na luta pelo fim do Regime Militar, as mulheres alcançaram visibilidade e uma ampla articulação pela defesa de direitos e proposições políticas à Assembléia Constituinte de 1988. Tomaram várias iniciativas organizando movimentos de luta por creche, contra a carestia, moradia, escolas, habitação, denúncias públicas da violência sexista, assim como edição de jornais e revistas abordando diversos temas relativos à condição da mulher como, por exemplo, a questão do aborto, direitos reprodutivos, sexualidade, saúde, trabalho doméstico e relações trabalhistas. Também foram organizados grupos de estudo e debates sobre a questão da mulher e relações de gênero, tanto em partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, como nas universidades e bairros de periferia até a formulação de políticas públicas e conquista de organismos governamentais para implementação das reivindicações das mulheres nos serviços públicos. Além do que desempenharam um papel importante na articulação dos primeiros passos para a anistia aos presos perseguidos políticos pelo Regime Militar.

Foram organizados inúmeros encontros e congressos de mulheres, estabelecendo-se como um espaço de discussão e elaboração de uma teoria para o feminismo que ora surgia. Na luta pela redemocratização do país, as feministas, sob a perspectiva marxista, colocavam-se na vanguarda revolucionária das mulheres, articulando-se para fora e adquirindo legitimidade.

Em meados da década de 1970, as feministas incluíram em suas bandeiras de luta a denúncia da dominação sexista existente dentro dos próprios partidos de esquerda,

---

<sup>39</sup> FRANCO, 2003.

<sup>40</sup> FARIA, Nalu. (Org.) **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempreviva).

nos sindicatos e demais grupos políticos. Com uma referência ideológica marxista, muitas questionavam as relações de poder entre os gêneros que estavam estabelecidas dentro dos partidos, dos quais participavam. As mulheres trabalhadoras pobres, a partir do estabelecimento de estratégias e táticas do movimento, tornaram-se sua preocupação fundamental. Fundaram-se jornais como o Brasil Mulher (1975-80), em Londrina, e o Nós, Mulheres (1976-78), da Associação de Mulheres de São Paulo, com o intuito de conscientizar as trabalhadoras de seus direitos trabalhistas.

O feminismo, naquele momento, procurou mostrar que a dimensão feminina estava presente em todas as questões pautadas pelos líderes e partidos políticos. As feministas, numa estratégia de reconhecimento político e social, apropriaram-se do conceito de classe e da linguagem masculina, fosse ela marxista ou liberal, para poderem ser aceitas na esfera pública.

Mas, apesar de todos os esforços, somente na década de 1980 surgiu e se desenvolveu o chamado feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo e em pesquisas de Educação e Ciências Humanas, em diversas universidades brasileiras, despontando alguns Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher. Por outro lado, novas conquistas foram sendo alcançadas como a criação de Delegacias Especializadas da Mulher (DEAM) e a criação, pelo Ministério da Saúde, do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), envolvendo planejamento familiar, sexualidade e aborto. Além disso, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher cumpriu um papel importante na conquista de direitos assegurados na Constituição de 1988.<sup>41</sup>

Tanto nos anos 1980 quanto nos 1990, o movimento feminista brasileiro obteve avanços, principalmente em relação à entrada de mulheres no aparato estatal e no aprofundamento das discussões sobre saúde e violência contra a mulher.<sup>42</sup> Mas foi naquela última década que surgiram novas formas de se pensar o movimento, afirma Pinto<sup>43</sup>, quando diz que houve uma dissociação entre o pensamento feminista e o próprio movimento. A profissionalização do movimento pelas Organizações Não

---

<sup>41</sup> PINTO, 2003.

<sup>42</sup> RAGO, 2003.

<sup>43</sup> PINTO, 2003.

Governamentais (ONGs), que publicamente se tornaram a mais expressiva manifestação do feminismo. A autora destaca a importância dessas instituições como uma nova forma de atuação política, mas por outro lado, aponta seus limites, na medida em que as mesmas são guiadas pela agenda das fundações internacionais para institucionalização e recebimento de recursos. Além disso, alerta sobre uma tendência de volta ao “feminismo bem-comportado” que pode estar nascendo com a crescente profissionalização das feministas via Ong’s.

Assim, é possível inferir que o movimento feminista que contribuiu de maneira significativa para que a sociedade reavaliasse os significados e as práticas da cidadania e da participação das mulheres na história do país foi um movimento social articulador de novas práticas políticas que se configuraram por trajetórias únicas e particulares nos estados, cidades ou comunidades, transformando comportamentos e dando visibilidade política às mulheres. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, os anos 1990 representaram a criação das condições necessárias para que as reivindicações e demandas do feminismo e também de outros movimentos identitários fossem incorporadas por amplos setores dos discursos políticos. Há indícios significativos de um novo tipo de postura e de uma mudança de comportamento frente a essas demandas. Uma vitória dos movimentos sociais é o consenso de que não é mais legítimo tratar mulheres, negros e homossexuais como seres inferiores e objetos de ridicularização. Avanços significativos também podem ser notados nas relações de trabalho, nas quais, atualmente, existe a possibilidade de as autoridades policiais e judiciais darem ouvidos às reclamações legais.

Os direitos da mulher também ocuparam os discursos políticos, tornando-se tema das propostas de candidatos tanto à Presidência da República quanto às câmaras municipais. Esses exemplos de mudança de comportamento dos políticos em campanhas eleitorais, são parte das conquistas do movimento feminista difuso na sociedade, fruto do movimento organizado, após anos de militância das mulheres brasileiras. O movimento, de modo geral, conquistou ações que privilegiaram a reflexão política acerca do papel feminino na sociedade, possibilitando a construção de novas estratégias de mudança para superar as desigualdades que envolvem os gêneros.

### 1.3 AS MULHERES CAPIXABAS: FEMINISMO, POLÍTICA E TRABALHO

As ações do movimento feminista no Brasil e as idéias feministas internacionais também repercutiram e encontraram o apoio de inúmeras mulheres capixabas, que traduziram em ações empreendidas, ainda no início do século XX, por direitos sociais e políticos.

Tal como acontecia, na época, fora do Estado, as ações das mulheres capixabas também não chegaram a questionar propriamente as bases da opressão machista. Embora a discriminação daquele tempo fosse bem maior que nos tempos atuais, as preocupações existentes nos primórdios do movimento feminista, em Vitória, tinham outra escala de prioridade.

Mesmo cercadas por limitações, as ações das mulheres capixabas podem ser analisadas a partir do comportamento de Maria Stella de Novaes<sup>44</sup>. Historiadora e pesquisadora da cultura do Espírito Santo, nos anos de 1920 ela já denunciava as dificuldades de acesso das mulheres à educação, assim como sua exclusão das instâncias de poder. As severas restrições impostas à entrada da mulher na vida pública eram o grande desafio colocado na agenda do nascente movimento feminista capixaba.

O que, seguramente, mais se pode destacar na intervenção de Novaes no processo de inserção feminina na educação, são seus estudos sobre as mulheres embora sua

---

<sup>44</sup> Maria Stella de Novaes, nasceu em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1894 e viveu em Vitória, Estado do Espírito Santo. Fez o curso de normalista no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Colégio do Carmo), na capital e, a partir de então, começou a diversificar seus estudos. Após freqüentar cursos de Ciências Naturais, no Museu Nacional (Rio de Janeiro), voltou a Vitória para lecionar Pedagogia, Álgebra e História, no Colégio do Carmo. Foi também professora na Escola Normal D. Pedro II, além de ser a primeira catedrática de ensino secundário no Brasil, prestando concurso para História Natural, Física e Química, para o Ginásio Espírito Santo, em 1925. Questionava publicamente a não-aceitação de mulheres em muitas instituições intelectuais, entre elas a Academia Espírito-Santense de Letras, tendo sido membro da Federação pelo Progresso Feminino.

própria militância tenha sido importante e digna de menção.<sup>45</sup> Foi membro da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) considerada nacionalmente a mais importante organização dos direitos da mulher, da década de 1920. A FBPF cumpriu um importante papel na campanha pelo voto feminino no Brasil, que logo repercutiu no Espírito Santo.

Novaes também foi a primeira mulher a integrar com destaque o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, composto majoritariamente por homens. Dentre sua obra destaca-se *A mulher na História do Espírito Santo*<sup>46</sup>, publicada em 1999, na qual figuram mulheres que tiveram algum tipo de destaque na História do Estado, desde o período colonial. As mulheres foram situadas num contexto histórico-social, o que permitiu que se pudessem conferir aspectos da vida cotidiana daquele tempo. Assim, Novaes não deixou que passassem despercebidos elementos interessantes, como a moda do século XIX e XX, modinhas populares, culinária, casamentos, nascimentos, vida no lar, as primeiras escolas e professoras.

O desenvolvimento da educação feminina, segundo Novaes,<sup>47</sup> foi fundamental para a mulher capixaba conquistar posições em diversos setores do serviço público, no magistério, na enfermagem e nas atividades profissionais liberais. Também o desempenho de vanguarda dessas mulheres não passou despercebida como são os casos da primeira funcionária concursada do Banco do Brasil, da primeira catedrática do ensino secundário e da primeira pára-quadista brasileira.

Para Novaes (1999), na década de 1920, as mulheres espírito-santenses firmaram seus passos rumo ao domínio das letras, e o fizeram denunciando as dificuldades e obstáculos que estavam fadadas a enfrentar frente aos seus próprios conterrâneos. A autora faz referência ao trabalho de João Calazans, jornalista do *Jornal do Comércio*, de Vitória, que publicara, em 1927, uma notícia intitulada *A atual intelectualidade feminina capixaba*, enumerando diversas expressões, como Guilly

---

<sup>45</sup> Sobre o assunto ver: LEITE, Juçara Luzia. *Natureza. Folclore e História*: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002, p. 282.

<sup>46</sup> Esta obra, escrita por volta de 1950, teve dificuldades de edição e, por isso, só foi publicada 18 anos depois do falecimento da autora. NOVAES, Maria Stella de. **A mulher na história do Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: Edufes; Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

<sup>47</sup> NOVAES, 1999.

Furtado Bandeira, autora da obra *Esmaltes e camafeus*; Ilza Etienne Dessaune, cronista que usava o pseudônimo de Flor da Sombra na revista *Vida Capixaba*; Haydée Nicolussi, autora do livro *Festa na sombra*, e a professora Carolina Pickler, que publicou partes de *Escolas maternais*.

Na opinião de Novaes, a largada do movimento feminista no Espírito Santo foi um banquete promovido em homenagem à Adalgisa Fonseca, que, superando os empecilhos existentes, conseguiu formar-se em Medicina.<sup>48</sup> Contudo, a primeira ação política propriamente dita, do movimento feminista capixaba, veio com a campanha nacional em favor do direito ao voto da mulher brasileira. Mas, as mulheres capixabas tiveram que enfrentar os políticos do estado, que atuavam tanto na Câmara como no Senado, e se dividiram em torno da questão. Representante do Espírito Santo, o então deputado Muniz Freire contrapunha-se, alegando que a reivindicação era uma aspiração anárquica e imoral e que a entrada das mulheres na vida pública levaria à concorrência entre os sexos.<sup>49</sup> Além dos políticos, elas tiveram que enfrentar figuras ilustres na vida social que ficaram polarizadas entre favoráveis e contrárias ao voto feminino.

Desafiando a ordem, Emiliana Viana Emery, capixaba do município de Alegre, foi a primeira a entrar nos registros eleitorais. Sua inscrição realizou-se a 15 de julho de 1929, de acordo com a sentença do advogado Aloísio Adérito de Menezes, juiz daquela Comarca.<sup>50</sup> O senador espírito-santense Manuel Monjardim, juntamente com Juvenal Lamartine (considerado o paladino da emancipação política de metade da população, no Brasil), Lopes Gonçalves e Aristides Rocha, defendiam o voto feminino. Finalmente, pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto de 24 de fevereiro de 1932), após o II Congresso Internacional Feminista, o voto tornou-se extensivo a todas as mulheres do Brasil.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> As mulheres capixabas resolveram homenageá-la, oferecendo um banquete de cinquenta talheres, banquete exclusivamente feminino, uma festa original e significativa, quanto ao estilo, naquele tempo, no Brasil e talvez, na América do Sul. Falaram Sílvia Meireles da Silva Santos, em nome das promotoras da festa, e a homenageada, agradecendo-lhes. Ver NOVAES, 1999.

<sup>49</sup> BLAY, Eva Alterman. **Mulher e estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988, p. 14. (mimeo).

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> NOVAES, 1999.

Logo foi iniciado o alistamento eleitoral e, em janeiro de 1933, um grupo de mulheres capixabas fundou a Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino (FESPF), cujo principal objetivo era o alistamento para o voto, sem compromisso partidário. Com o intuito de incentivar o voto das mulheres foi criada a Cruzada Cívica do Alistamento (CCA). Vinte e cinco mulheres presenciaram a fundação da CCA, realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, dentre elas as que iriam compor a sua diretoria: Sílvia Meireles da Silva Santos (presidente); Judith Leão Castelo (vice-presidente); Indá Soares Casanova (secretária); Maria Stella de Novaes (tesoureira) e Júlia Lacourt Pena (oradora).<sup>52</sup>

Em consonância com a Federação, no Rio de Janeiro, a CCA capixaba lutou para que o voto feminino fosse mantido pela Constituição Federal de 1936, assim como para que não se criassem empecilhos ao trabalho da mulher, tanto nas fábricas como no serviço público e nos escritórios. Endereçou aos parlamentares, em 18 de fevereiro de 1934, uma carta circular que tratava da declaração geral da igualdade política, jurídica e econômica entre os sexos.

Contudo, somente na década de 1950 Judith Leão Castelo Ribeiro, capixaba do município de Serra, viria a se integrar ao pleito eleitoral. Foi a primeira deputada estadual do Espírito Santo e exerceu seu mandato de 1951 a 1962.<sup>53</sup>

Torna-se importante destacar que, nas primeiras décadas do século XX, a segregação sexual do trabalho era ainda uma constante, e a ocupação de determinados setores do mercado reproduzia a discriminação de gênero. Nader<sup>54</sup>, citando o magistério como um locus da discriminação entre os sexos, afirma que essa profissão era considerada naturalmente feminina, porque culturalmente reproduzia as atividades desenvolvidas pela mulher nos espaços domésticos. Para a autora, isso era apenas para os primeiros anos escolares, porque se a mulher sonhasse em estudar ou lecionar no magistério secundário ou superior, teria que

---

<sup>52</sup> Novaes, 1999.

<sup>53</sup> RIANI, Lourêncina. **A mulher na política capixaba**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.

<sup>54</sup> NADER, Maria Beatriz. **Mudanças econômicas e relações conjugais: novos paradigmas na relação mulher e casamento**. Vitória (ES) 1970-2000. 2003. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

lutar muito, enfrentar preconceitos de toda ordem. Essa experiência foi vivida por Maria Stella de Novaes que, em 1923, foi vítima de preconceitos quando candidatou-se ao concurso da Escola Normal do Estado, para lecionar Física, Química e História Natural. Classificada e nomeada em março de 1925, após críticas e descrenças, tornou-se a primeira mulher catedrática do Ginásio, em todo o Brasil.

Ainda de acordo com Nader, as mulheres capixabas sempre souberam aproveitar as oportunidades que iam surgindo com a modernidade, contrariando o imaginário social de cada período. Muitas mulheres conseguiram avançar nos estudos, indo além do primário ou fazendo cursos preparatórios no intuito de ocupar vagas no mercado de trabalho, atuando em funções auxiliares na indústria e no comércio.

Em Vitória, até a década de 1950, o ramo de serviços era pouco diversificado e as mulheres tinham poucas oportunidades para conseguir seu próprio sustento e conquistar, gradativamente, sua independência econômica. Nessa época criou-se a Escola de Enfermagem e o curso de Assistência Social, possibilitando a criação de centros e obras sociais em diversos municípios e bairros de Vitória.<sup>55</sup>

Também nessa década ocorreu a criação da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>56</sup> (Ufes), que marcou profundamente a sociedade capixaba. Segundo Valle<sup>57</sup>, a criação da Ufes cumpriu um papel fundamental para que as mulheres pudessem finalmente ter oportunidades e ampliar seu leque de conhecimentos e possibilidades de trabalho.

O ambiente cultural internacional da década de 1960 exerceu poderosa influência no Brasil e também no Espírito Santo, especialmente em Vitória. Bilich<sup>58</sup> considera que nos anos 1960 a revolução cultural, que ocorreu no mundo ocidental, foi um marco

---

<sup>55</sup> NADER, 2003.

<sup>56</sup> A UFES foi fundada em 1954 e se localiza na cidade de Vitória.

<sup>57</sup> VALLE, Eurípedes Queiroz do. **O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses**. Dados, fatos e curiosidades. (os 10 mais...) 3. ed. Vitória.s.n.].1971.

<sup>58</sup> BILICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

cronológico, um verdadeiro divisor de águas da segunda metade do século XX, cuja influência iria se espalhar pelas décadas seguintes, com inúmeros desdobramentos, nos campos social, político e econômico.<sup>59</sup>

De acordo com Colbari<sup>60</sup>, o Estado do Espírito Santo apresenta-se, no final da década de 1970, como o lugar da idade de ouro dos movimentos sociais e/ou movimentos populares, cuja contribuição foi decisiva para a renovação sindical e político-partidária. Para os segmentos sociais, era o início do rico processo de organização e participação política que marcou significativas mudanças na vida social capixaba.

Em meio ao surgimento de grandes movimentos populares surge, em 1983, o Centro de Integração da Mulher (CIM). Uma manifestação pública contra a violência, realizada no dia 8 de fevereiro de 1985, no centro de Vitória, articulada pela deputada Rose de Freitas, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Sindicato dos Jornalistas, marcou a atuação do CIM. O protesto contou com o apoio, além dos parentes das vítimas de violência, de alguns políticos e de diversas entidades como a Federação Capixaba de Teatro Amador (Fecata), Associação dos Escritores, Associação dos Artistas Plásticos, Sindicato das Assistentes Sociais e da população em geral, dando-lhe visibilidade pública e alcançando a mídia nacional.<sup>61</sup>

A partir daí, várias entidades feministas começaram a se organizar nos bairros e o elemento aglutinador foi o conjunto de mulheres que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De acordo com Martins<sup>62</sup>, nesse período surgiram a Coordenação de Mulheres de Vila Velha, o Grupo de Mulheres de Viana, as Mulheres Autônomas Organizadas, o Grupo de Mulheres da Periferia, as Mulheres Unidas de São Pedro, a Associação das Mulheres Unidas da Serra, Associação das Mulheres da Serra Buscando Libertação, a Associação das Mulheres Trabalhadoras

---

<sup>59</sup> Em meio ao caldeirão de mudanças libertárias nesses anos, a liberação sexual feminina eclodiu, irreversivelmente, com o advento da pílula anticoncepcional que proporcionou à mulher o controle sobre a procriação e o prazer sem risco. Esse fenômeno iria transformar a vida das mulheres nas décadas posteriores, colocando em cheque instituições sociais e valores morais pregados pela família e a Igreja. Sobre o assunto ver BILICH, 2005.

<sup>60</sup> COLBARI, Antonia. Cenas do movimento sindical capixaba: o passado recente e os desafios atuais. *In*: Prefeitura Municipal de Vitória. **Escritos de Vitória**, n.16, "Movimentos sociais". Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, 1996, p. 13-43.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> MARTINS, Edna Calabrez. O brilho da metade do céu. *In*: Prefeitura Municipal de Vitória. **Escritos de Vitória**, n.16, "Movimentos sociais". Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, 1996, p. 57-63.

do Espírito Santo, a União Cachoeirense de Mulheres, a União Popular de Mulheres de São Mateus e as Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Também foram criadas comissões ou coletivos de mulheres em alguns sindicatos, como o Sindicato dos(as) Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Sindicato dos Bancários (Sindibancários), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sindisaúde), entre outros.

Nessa mesma época, na Rádio Gazeta AM, iniciou-se o programa Mulher, que tratava de temas como saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros assuntos de interesse feminino. Também foi criado, no Jornal da Cidade, uma coluna intitulada De Mulher para Mulher, com o objetivo de levar às mulheres capixabas temas e debates recentes, que marcavam o período.

De acordo com Soares<sup>63</sup>, o fim do regime ditatorial coincidiu com o declínio da ênfase às diferenças sexuais e a oposição entre homem e mulher, que evoluiu para atitudes mais maduras como a necessidade de se debater questões de interesse feminino também nos partidos políticos, nos sindicatos e nos movimentos comunitários.

Outras mudanças no feminismo capixaba foram as formas de comemoração do Dia Internacional da Mulher, incorporando outros segmentos sociais nas lutas de emancipação das mulheres, antes com predominância feminina de classe média, substituídas por trabalhos nos bairros. As reivindicações foram ampliadas para desigualdade socioeconômica, desemprego, carestia, redução salarial, participação política, creches e violência<sup>64</sup>. Também a sindicalização de categorias profissionais hegemonicamente ocupadas por mulheres como professoras, assistentes sociais e enfermeiras fortaleceram as denúncias contra as discriminações, incluindo as denúncias de violência física contra as mulheres.

---

<sup>63</sup> SOARES, Renato Viana. **Retrato Escrito**: A reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa (1945-1995). Vitória. ITB, 2005, p. 315. Ver exemplo dessa fase em LINDENBERG, Maria Alice. A vida da mulher casada agora é objeto de pesquisa. **Jornal A Gazeta**. Caderno 2. Vitória. 29 jun.1984, p. 1.

<sup>64</sup> Sobre o assunto ver MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, 1981, p. 59-61.

Contudo, Martins infere que somente na década de 1990 é que houve, em Vitória, certo amadurecimento das organizações feministas<sup>65</sup> Precisamente em 1995 realizou-se a Conferência Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Beijing, na China. Participaram onze mulheres capixabas. A consequência foi a elaboração da Plataforma de Ação, da qual o Brasil é signatário, reunindo ações concretas para eliminar os obstáculos à efetiva participação das mulheres, bem como o tráfico e a violência, em favor da igualdade de direitos entre mulheres e homens, e por justiça e paz.

O Fórum Estadual de Mulheres, congregando a maioria das organizações feministas do Estado, tornou-se o principal interlocutor entre os grupos de mulheres e as instituições públicas. Sua atuação, juntamente com a Comissão Estadual de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores(as) marca o movimento feminista em Vitória, principalmente no que se refere às manifestações do Dia Internacional da Mulher.

As feministas capixabas, historicamente, mantiveram uma estreita relação com as feministas de renome nacional e até internacional, participando de Congressos e Encontros Feministas, tal como na Conferência Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Beijing-China, em 1995.<sup>66</sup> O intercâmbio favoreceu a circulação de informações e o implemento das deliberações cabíveis a cada período.

As sindicalistas, por exemplo, destacaram-se formando coletivos de mulheres trabalhadoras em suas respectivas categorias, publicando jornais específicos sobre a temática da mulher, desenvolvendo pesquisas, reproduzindo e produzindo vídeos, proferindo palestras, seminários, cursos de formação em relações de gênero, realizando debates e encontros. Tudo isso contribuiu para que um número cada vez maior de dirigentes sindicais de categorias importantes como professores(as) e bancários(as), por exemplo, se sensibilizassem para a questão da discriminação de gênero, até mesmo nos eventos culturais promovidos pelas entidades sindicais. Também o poder público (Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa e Governo

---

<sup>65</sup> MARTINS, 1996.

<sup>66</sup> Onze capixabas participaram do evento.

Estadual) encontra-se cada vez mais permeável às preocupações relativas a gênero, em razão da luta feminista e da eleição de algumas mulheres, assim como homens sensíveis às questões das mulheres, na busca por políticas públicas específicas.

Também foram empreendidas pelas sindicalistas, a partir da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CNQMT/CUT), ações como a campanha “Cidadania: igualdade de oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical”, que teve forte repercussão em Vitória e em todo o Estado, seminários regionais sobre a valorização do trabalho feminino, a elaboração de uma cartilha para orientar o desenvolvimento dos trabalhos nos sindicatos, cartazes, adesivos e vídeo sobre as mulheres trabalhadoras, transmitidos pela Tevê dos Trabalhadores (TVT). O principal objetivo da campanha era sensibilizar o movimento sindical para a necessidade da luta pela eliminação das desigualdades salariais e de qualificação profissional entre homens e mulheres e sensibilizar as trabalhadoras para a sua condição de gênero no mercado de trabalho e sua participação sindical.

Além da preocupação com as desigualdades no mercado de trabalho, o combate à violência contra a mulher também fazia parte das reivindicações das feministas, devido aos exorbitantes casos de violência, ameaças de morte, agressões físicas e estupros que ocorriam nas cidades. No sentido de cobrar ações políticas do Estado do Espírito Santo o Conselho Estadual da Mulher, formado por vinte e duas integrantes, representando as Secretarias de Governo e o movimento organizado, no dia 22 de novembro de 1995, lançou a campanha de combate à violência contra a mulher, envolvendo várias ações de caráter permanente, como palestras, distribuição de cartilhas, cartazes e out-doors.

Em 1997, em comemoração ao Dia 8 de março, foi entregue ao então governador Vítor Buaiz o documento “Estratégias de Igualdade”, um plano de ação que reunia propostas concretas para o cumprimento das resoluções aprovadas na Conferência Mundial Plataforma de Ação, realizada na China, em 1995.

Dividido em oito temas<sup>67</sup> que tratavam de reivindicações de melhoria de vida para toda a população, o documento também foi entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O movimento feminista capixaba também construiu plataformas de ação para candidatos e candidatas buscando convencer as mulheres da importância de se candidatar.

Em 1998, as feministas participaram ativamente das eleições, embora, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no Espírito Santo não tenha sido preenchida a cota mínima de mulheres<sup>68</sup>. A conquista da política de cotas para as mulheres, nos espaços de poder, somente foi possível com a consolidação da democracia no Brasil. Foi um passo importante dentre as inúmeras tentativas de superação das desigualdades.<sup>69</sup>

Mesmo assim o movimento feminista capixaba continuou a reivindicar novos espaços na política e expandiu enormemente o entendimento sobre a função da mesma. O interesse de milhares de mulheres não apenas auxiliou na abordagem de

---

<sup>67</sup> Os temas são: combate à pobreza (reivindica facilidade de acesso a financiamentos para microempresas ou cooperativas e para compra de casa própria; pleiteia a obrigatoriedade de instalação de creches para crianças de até seis anos de idade, em empresas com mais de cem funcionários), acesso ao poder (defende a cota mínima de 30% de candidatas mulheres por partidos políticos também nas eleições estaduais e federais, já que a lei só é válida para eleições municipais), saúde (reivindica a descriminalização do aborto e instalação de unidades públicas, conforme o Código Penal), prevenção e combate à violência (solicita agilidade no Congresso para que o estupro transforme-se em crime contra a pessoa, pois ele é considerado crime contra os costumes, com penas mais brandas), educação (reivindica prioridade para mães adolescentes nas bolsas de estudo e vagas nos cursos noturnos), meios de comunicação (propõe a criação de uma central que noticiasse em jornais, revistas, rádios e televisões informações sobre as mulheres), mecanismos institucionais (recomenda a criação de Conselhos dos Direitos da Mulher, em todo o país e, pelo menos, uma coordenadoria em cada município) e direitos humanos (o plano dá ênfase aos programas de combate ao trabalho infantil, à pornografia infanto-juvenil e ao abuso sexual). Publicação do Fórum Estadual de Mulheres–ES, “Estratégias de Igualdade”. Vitória. 1997.

<sup>68</sup> Foram 24 candidatas à Assembléia Legislativa e 292 candidatos do sexo masculino, perfazendo um percentual de somente 7,59%. Para a Câmara Federal foram onze candidatas, representando 14,47% de mulheres dos 65 candidatos.

<sup>69</sup> JONAS, Eline. Participação Políticas e Empoderamento das Mulheres ir além da política de cotas – a mixidade e a democracia paritária. In: **Presença da Mulher**. São Paulo. Anita Garibaldi. Ano XVI. N 47.2004.

problemas vitais para a sociedade como um todo, mas também a expandir a perspectiva sobre as possibilidades da cidadania e das relações de gênero.

Pistas importantes para o alcance dessas possibilidades são oferecidas quando se observa a sutileza do movimento feminista sobre a ação dos políticos capixabas. Questões foram levantadas a respeito da presença feminina nos trabalhos comunitários, na expansão do ativismo nos conselhos partidários e da inserção da mulher no mercado de trabalho, com o intuito de se melhorar as práticas políticas desenvolvidas pelo poder público.

O ambiente democrático que se instalou no país, após o fim da Ditadura Militar, propiciou ao movimento feminista influenciar as decisões do poder legislativo que, após tantos anos de repressão, se tornou receptivo às reivindicações da sociedade organizada. E, em Vitória, as atividades femininas que se constituíram em formas políticas importantes em si mesmas, basicamente não-eleitorais, mas classificadas como comportamento coletivo, puderam exercer alguma pressão sobre as organizações dominantes, propiciando uma ampliação da compreensão sobre a importância da mulher na sociedade.

Contudo, observa-se que as desigualdades de gênero permanecem em vários aspectos das decisões políticas do poder legislativo, apesar da visibilidade que o movimento feminista conferiu às mulheres capixabas após os anos 1970.

## **2 TOPONÍMIA, MEMÓRIA E PODER – REGISTROS PARA SEREM LEMBRADOS**

Apesar de os avanços e as conquistas femininas se darem em vários setores sociais proporcionados prioritariamente pelo movimento feminista, de modo geral, nos

últimos 30 anos do século XX alguns fenômenos sociais ainda ficaram sob a influência de atitudes que permeiam o comportamento e os valores sociais masculinos. A divisão das tarefas domésticas e o cuidado com as crianças, por exemplo, ainda ficarão por muito tempo sob a responsabilidade das mulheres. E fora do lar, também, esta cultura não sofreria abalos relevantes. E este é o caso do já arraigado costume que permite a predominância de nomes de personagens masculinos nos logradouros<sup>70</sup> de Vitória, em que está implícita a conservação da discriminação feminina no ato de se eleger um personagem masculino na perpetuação da memória histórica da população capixaba. Muitos são os personagens masculinos da sociedade local que estão presentes na história e na memória do povo por meio dos logradouros públicos da cidade. A história da toponímia<sup>71</sup> de Vitória não mostra muitos nomes de personalidades femininas batizando os logradouros.

Como uma ciência multidisciplinar, a toponímia também permite que se possa averiguar, por meio da compreensão do sentido dos nomes dos logradouros públicos de Vitória, uma confirmação da discriminação de gênero no ato de poder da escolha das pessoas a serem homenageadas. A prática de nomear os logradouros está inteiramente ligada à memória de uma cidade.

Assim, toda a rede de nomes distribuídos nos logradouros de uma cidade forma um conjunto de dados para a composição da sua própria memória. Mas estes nomes não são escolhidos fora do alcance do sistema de poder local. Ao contrário, reflete a correlação de forças que o mantém.

---

<sup>70</sup> Logradouro refere-se à denominação genérica de locais de uso comum destinados ao trânsito ou permanência de pedestres ou veículos. Ele pode ser uma rua, avenida, praça, parque, viaduto, beco, calçada, travessa, ponte, escadaria, alameda, passarela e áreas verdes de propriedade pública municipal. Com a universalização da urbanização foram entrando, em sua totalidade, na esfera das obras públicas. Por isso, no Brasil, praticamente não se desvincula o logradouro da sua variedade pública, porque os termos acabaram se tornando seu sinônimo. Os logradouros privados, por serem também obras de uso coletivo, no Brasil são generalizados como condomínios, porém não públicos.

<sup>71</sup> Do grego *topos*: lugar, e *onyma*: nome, a Toponímia é a ciência que estuda o significado dos nomes dos lugares, acidentes geográficos, povoações, logradouros, cidades, estados e países. A toponímia é o estudo lingüístico, histórico geográfico e arqueológico dos nomes de lugares.

## 2.1 MEMÓRIA E PODER

As classes sociais que protagonizam a luta pelo poder não se descuidam da importância que a recordação, ou o esquecimento, possuem como elemento de disputa. A memória coletiva, tanto como a individual, pode ser manipulada e censurada voluntária ou involuntariamente. Le Goff lembra que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas (...) até mesmo os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>72</sup>

Concebendo os monumentos como algo similar aos documentos que tecem a memória coletiva, e esta, na sua “forma científica”, sendo a própria história, para o autor, monumento/documento “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”, como se fossem “atos escritos”. No viés desse raciocínio, o logradouro é obra feita para transcender a sua dimensão meramente física e, uma vez criado, deve também conter em si elementos simbólicos projetados para a posteridade. É assim que a obra deixa de ser uma construção com fins estritamente utilitários para agregar valor como um monumento reverencial.

Mesmo antes da existência da escrita, os agrupamentos humanos tinham formas próprias para manter viva a memória coletiva, a fim de que ficassem preservados os conhecimentos sobre a idade e origem do grupo, o prestígio das famílias dominantes e os segredos das fórmulas da magia religiosa.

Depois, já na civilização da Mesopotâmia vieram monumentos na forma de colunas, obeliscos, lápides e outros, por meio dos quais se pretendeu imortalizar os feitos reais e mesmo as homenagens fúnebres.

Ao longo dos tempos as civilizações espalhadas por todos os cantos do mundo empreenderam diferentes ações no sentido de assegurar e desenvolver a criatividade no ofício de salvaguardar as lembranças e recordações. A denominação

---

<sup>72</sup> GOFF, Jacques Lê. **História e Memória**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp. 1994, p. 426.

de logradouros é uma dessas formas diferentes de preservação da memória de um povo, mesmo que ainda persistam práticas sociais de cunho conservador e perpetuador de desigualdades.

No Brasil, por exemplo, a tradição lusitana de denominar lugares com nomes de origem religiosa, de personalidades ou de acontecimentos históricos, chegou junto com o colonizador. No ato de descobrimento das terras americanas pelos portugueses, o primeiro monte avistado no sul da Bahia recebeu o nome de Monte Pascoal, porque foi tomado como uma homenagem ao período da Páscoa, celebrado pelos cristãos. Os primeiros nomes recebidos pelo Brasil sofreram a influência religiosa: Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz ou simplesmente Vera Cruz, lavrado pelo escrivão Pero Vaz de Caminha sobre o “nascimento” das terras encontradas.<sup>73</sup>

O poder de influência da Igreja se fez sentir em inúmeros lugares que igualmente receberam denominações religiosas, o que acabou por se constituir numa tradição também brasileira. Assim como se pode notar na nomenclatura de alguns estados brasileiros como São Paulo<sup>74</sup> e Espírito Santo, também se pode perceber a tradição de nomear municípios com nomes religiosos. Só no Estado do Espírito Santo, para citar alguns, se encontram: São Mateus, Barra de São Francisco, Anchieta, Divino São Lourenço, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e São Domingos do Norte.

A própria capitania do Espírito Santo, quando o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, aportou com sua caravela Glória, no dia 23 de maio de 1535, recebeu esse nome em homenagem ao dia dedicado à terceira Pessoa da Santíssima Trindade.<sup>75</sup> Cabe destacar que, diferentemente de outras capitanias, como São Tomé, Porto Seguro, Ilhéus, Itamaracá, Sant’Ana, São Vicente, que desapareceram

---

<sup>73</sup> MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo: histórias de suas lutas e conquistas**. Vitória: Artgraf, 2002, p. 24.

<sup>74</sup> CAMARGO, Luís Soares de. **História das ruas de São Paulo**. Grupo Plamarc. Disponível em: <[www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br)>. Acesso em: 24 jun. 2006. A denominação da maior cidade brasileira, São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1554, é um tributo ao dia dedicado ao apóstolo Paulo. Trata-se de um costume ibérico, refletindo o poder e a influência da Igreja Católica nas ações dos colonizadores portugueses.

<sup>75</sup> Sobre o assunto ver depoimento do Professor e Escritor Francisco Aurélio Ribeiro. In.: **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 5. ed. São Paulo: CEN; Brasília: IN2, 1987, p. 22.

ou então se tornaram apenas cidades, a capitania do Espírito Santo manteve seu nome original quando se tornou província e depois estado.<sup>76</sup>

Também a tradição de denominar logradouros com nomes de pessoas chama atenção e tornou-se costume. No caso do Espírito Santo, alguns municípios homenageiam figuras históricas locais e até do exterior, como Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Atílio Vivacqua, Colatina, Domingos Martins, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Pedro Canário, Presidente Kennedy, entre outros.

É importante destacar que dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo apenas um tem nome feminino, Colatina e é uma homenagem à esposa de Moniz Freire, que foi governador do estado.<sup>77</sup> O que quer dizer que a homenagem não é à mulher por seus méritos, e sim pelo fato de ela ter sido esposa de um personagem histórico.

Os nomes dados aos logradouros mais importantes, em sua maioria, são de pessoas que foram ligadas ao poder, como presidentes, governadores, barões, generais, coronéis, deputados, próceres da representação política ou do poder. Assim, firmou-se a tradição de se denominar logradouros com nomes extraídos da História.

História e poder estão presentes e até se confundem na formação de qualquer sociedade, inclusive na brasileira.

Foucault<sup>78</sup> revela que as manifestações de poder podem ser encontradas em todas as relações sociais, por ser o poder resultado dessas relações. O poder não é uma coisa, não é um lugar, não é algo que exista na natureza e para o autor, ele não existe independente das relações sociais. Logo, é uma prática social e existem formas de exercício do poder que se desenvolvem paralelamente ao poder exercido diretamente pelo Estado.

Essas formas, denominadas como micro-poderes, não deixam de estar articuladas

---

<sup>76</sup> RIBEIRO, Francisco Aurélio. Pobre Vasco. **Jornal A Gazeta**, 20 de fevereiro de 2007.

<sup>77</sup> Moniz Freire era presidente estadual quando a vila de Colatina foi batizada como uma homenagem à sua esposa.

<sup>78</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

ao Estado, pois cumprem o papel de garantir a sua atuação e sua sustentação. O poder, na opinião do autor, partiria do Estado para se prolongar até os mais baixos escalões da sociedade, penetrando e se reproduzindo, valendo-se de infinitesimais técnicas e mecanismos. O poder teria uma existência própria e formas específicas. Não há limites ou fronteiras para o poder, porque ele não existe. O que existe são práticas ou relações de poder, onde ele é exercido, é efetuado e funciona como uma máquina social disseminada por toda a estrutura da sociedade, da qual ninguém consegue escapar. O poder é luta, é disputa, é relação de força.

Mas Foucault tenta mostrar que não somente pela força, pela repressão o poder pode ser exercido e diz que:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma força produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.<sup>79</sup>

Neste sentido, as relações de poder podem ser encontradas nas mais diversas práticas sociais, mesmo onde menos se poderia encontrá-las. Exemplo disso são os nomes de logradouros públicos de Vitória, aqui estudados na perspectiva de estarem permeados por relações de poder, exibindo a supremacia do homem em relação à mulher. A existência do elemento de poder está no ato de escolha da nomenclatura.

Esse ato está de tal forma revestido de poder que é capaz de reproduzir uma desigualdade de gênero. Não somente pela desfavorável quantidade de logradouros com nomes de mulheres frente ao elevado número conferido aos nomes masculinos, mas também pela qualidade e valor dos próprios logradouros na vida da cidade que, no caso de Vitória, é bastante manifesto.

Para citar exemplos se aponta as principais avenidas, ruas e praças que portam nomes de homens e ligados à história, como as avenidas Jerônimo Monteiro, Fernando Ferrari, Américo Buaiz, Adalberto Simão Nader, Dante Michelini,

---

<sup>79</sup> Idem, p. 8.

Mascarenhas de Moraes e Serafim Derenzi, consideradas essenciais para o fluxo viário e atividades comerciais. Da mesma forma, se observa os nomes das praças Getúlio Vargas, Costa Pereira, João Clímaco, Misael Penna e Ubaldo Ramallete, endereços tradicionais do centro histórico da cidade, e das pontes Florentino Avidos (Cinco Pontes) e Castelo Mendonça (Terceira Ponte), que ligam a Ilha de Vitória ao continente brasileiro.

Uma importante reflexão acerca do poder histórico é feita por Balandier<sup>80</sup> quando afirma que em todas as sociedades, em diversos espaços e tempos, o poder é um jogo dramático. Nesse sentido, o poder político comanda o real através do imaginário, pois somente sob a força ou a violência não é possível conservar o poder. Outros atributos como o cerimonial, a manipulação de símbolos, a produção de imagens, são necessários para que o poder se realize e se conserve. No caso específico da denominação de logradouros, os nomes das pessoas ficam publicamente afixados em placas, inscrevendo-se e perenizando-se na história de sua cidade. A escolha da nomenclatura dos logradouros públicos de uma determinada cidade não deixa de sacralizar os agraciados.

A sacralização, segundo Balandier, permeia o poder político em todas as sociedades, até mesmo as contemporâneas, pois o que está em jogo é uma herança pela qual o poder mantém os privilégios adquiridos. Logo, ressalta, o poder procura sempre se inscrever no tempo e se pereniza através de obras que escapam à precariedade e dão à memória coletiva uma parte de sua materialidade.<sup>81</sup>

Dessa forma, a pretensão do poder é inscrever-se definitivamente na história, utilizando-se de artifícios dos mais sutis. Segundo o autor:

O poder revela-se como algo colocado igualmente a serviço de todos, mas é o guardião das desigualdades e de sua ordem; revela-se como produto da razão e da vontade coletiva, mas é também filho do acontecimento; procede do direito, mas é ao mesmo tempo o gerador de um direito que assegura sua própria defesa [...].<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> BALANDIER, G. **O Poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

<sup>81</sup> Idem, 1982, p. 242.

<sup>82</sup> BALANDIER, 1982, p. 121.

Daí depreende-se que Balandier (1982) entende o poder como elemento que pode perpetuar as desigualdades, não obstante sua pretensão de se colocar a serviço de todos ou de ser visto como tal.

Os logradouros públicos são de todos. Porém, a masculinização de sua nomenclatura é a sua outra face, a que expressa a guarda da ordem discriminatória. A prática de dar nomes de pessoas aos logradouros fomentou uma tradição que ganhou tanta importância para a preservação de uma ordem favorável aos homens que eles, os logradouros, deixaram de ser simples equipamentos úteis à comunidade, para se transformar em monumentos.<sup>83</sup> Nesse sentido, Choay (2001, p. 17)<sup>84</sup> diz que “(...) tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, chamar-se-á monumento.”

O modo de atuar sobre a memória consiste na especificidade do monumento. Mas não é a invocação de um passado qualquer. Ao contrário, ele é localizado e selecionado para fins vitais, pois pode contribuir diretamente para a preservação da identidade nacional, étnica ou familiar. Seguindo esse raciocínio é possível dizer que o monumento cumpre a função de tentar combater a angústia da morte e do aniquilamento, assegurando, acalmando, tranqüilizando, conjurando o ser no tempo. Em todas as sociedades, dotadas ou não de escrita, em todos os continentes, sob múltiplas formas, o monumento está presente, assemelhando-se a um universo cultural.

Infere-se, portanto, que os logradouros públicos também são monumentos que rememoram realizações das pessoas que um dia contribuíram para a construção de uma localidade.

Também o monumento pode ser considerado como algo que remete ao desejo de perenização das sociedades no tempo, de perpetuação da memória, expressando

---

<sup>83</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001. Monumento, no sentido original do termo trazido por Choay (2001, p. 17), vindo do latim *monumentum*, derivado de *momere* (advertir, lembrar), “aquilo que traz à lembrança alguma coisa.” Assim, o autor destaca como essencial a natureza afetiva do propósito do monumento: “(...) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.”

<sup>84</sup> Idem, 2001.

que o monumento tem como característica a perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas.<sup>85</sup>

Os monumentos, como um registro da memória, possuem uma íntima relação com a cidade. É na cidade, segundo Várzea<sup>86</sup>, que o monumento é disposto para ser cultuado, pois sobre ela exerce a sua autoridade. A autora discute aí a relação entre os monumentos e a sociedade, relação na qual o monumento aparece como um documento, uma mensagem mnemônica.

Além de serem expressões artísticas, os monumentos adquirem valor na esfera pública e seu sentido está na relação social, considerando o caráter tanto documental como histórico. Assim também acontece com a nomenclatura de logradouros, pois logo que a placa com o nome de alguém é afixada nas ruas, ficando publicamente visível, adquire o seu próprio valor documental e histórico.

As pessoas agraciadas ao receberem do poder público, as homenagens com a edificação de monumentos, acabam por revelar o caráter da própria sociedade em que elas viveram. Daí a possibilidade de se contar a história de qualquer lugar do mundo a partir da história dos seus logradouros.

As figuras agraciadas, em cuja honra se erguem monumentos históricos e culturais, são supostamente as merecedoras da representação. Um traço comum em toda parte, de todo o mundo, é a predominância de pessoas públicas, personalidades importantes e de destaque, como os reis, imperadores e políticos emprestando seus nomes próprios aos monumentos. É uma característica presente em praticamente todas as sociedades.

Não há lugar, no mundo, que não tenha nome ou que pelo menos seja conhecido por alguma referência particularíssima. O mundo é completamente palmilhado. O surgimento das vilas e pequenas cidades, chegando aos grandes conglomerados urbanos produziu a necessidade de identificação formal dos locais, com

---

<sup>85</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992, p. 424.

<sup>86</sup> VÁRZEA, Mariana Nunes Pereira. **Mulheres de bronze**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): 1995.

denominações específicas e, se possível, inconfundível. Estão multiplicadas por milhares ruas, avenidas, pontes, praças, travessas e outros logradouros.

O logradouro público, por ser uma obra notória, dificilmente se desvincula da sua natureza monumentalizante, tanto para quem fica como responsável pela sua edificação, como para quem ele pode servir de homenagem com sua denominação.

A nomenclatura de logradouros é adotada como uma forma importante de perenizar personalidades que, de alguma forma, prestaram serviços relevantes à sociedade, conforme o entendimento dos que detêm o poder de fazer isso. Pretende ser um reconhecimento e uma homenagem à dedicação de uma pessoa que, em vida, contribuiu para o bem-estar e o desenvolvimento coletivo. Este agraciamento coletivo e único perpetua o nome do beneficiado, tornando-o sujeito histórico, protagonista da história de seu tempo, honraria que alcança os seus familiares. O nome e o sobrenome dessa pessoa passam a fazer parte da memória coletiva da cidade. E o que o homenageado representou em vida é incorporado à identidade da comunidade a qual ele serviu para receber o tributo. Os homenageados com nomes nos inúmeros logradouros públicos são, em seu conjunto, a própria memória dos feitos e realizações da comunidade, que ali se vê diante de si mesma.

Se a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, em evolução permanente e vulnerável a todas as manipulações, como afirma Nora<sup>87</sup>, logo o logradouro é também um lugar de memória. Permite a comunidade testemunhar seu próprio percurso, ao ver seu passado presente nos bens que usa coletivamente. A denominação do logradouro, mais ainda, permite que as pessoas agraciadas tenham seus nomes nas correspondências dos correios, em anúncios comerciais, nas listas telefônicas, nas referências feitas pela imprensa, enfim, em tudo aquilo que passa a integrar o cotidiano da comunidade. Passam mesmo a fazer parte da vida das pessoas.

---

<sup>87</sup> NORA, M. e P. In: D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. **Memória**: Leituras de M. e P. Nora. Revista Brasileira de História. São Paulo, p. 97-103.1992, p. 101.

## 2.2 A TOPONÍMIA E A CIDADE DE VITÓRIA

A cidade de Vitória, seguindo a tradição lusitana de denominação dos lugares, com origem religiosa, teve seu primeiro batismo como Ilha de Santo Antônio, o santo do dia, em 13 de junho de 1535. Vasco Fernandes Coutinho havia desembarcado no continente, mas não poderia deixar de notar a maior ilha do arquipélago e recorrer ao costume que trouxera da Europa para definir a denominação da sua posse. Mas o que marcaria o início da conquista efetiva e povoamento da ilha de Santo Antonio foi sua doação para Duarte de Lemos, através de uma Carta Régia, assinada por D. João III, em 8 de janeiro de 1549.<sup>88</sup> Doadada em sesmaria “a ilha Grande que está da barra [de Vitória] para dentro, que se chama de Santo Antônio, a qual a ilha dou fora [forra] e isenta, para si e todos os seus herdeiros e descendentes...”<sup>89</sup> Vasco Fernandes Coutinho transferia, assim, a sede da povoação que criara para a Vila Nova, em anteposição à antiga, Vila Velha.<sup>90</sup>

Enquanto não ganhavam nomes definitivos, os lugares da capitania ficavam conhecidos pelos nomes de seus proprietários, pois estes detinham prerrogativa de determinar a nomenclatura. A descrição de Gabriel Soares de Souza sobre o trecho do litoral onde foi erigida a capitania do Espírito Santo é uma comprovação da prática dos colonizadores de identificar os lugares pelos nomes dos seus respectivos proprietários:

*[...] A primeira ilha que está nesta barra se chama de D. Jorge (hoje Ilha do Boi), e mais para dentro está outra, que se diz de Valentim Nunes (hoje Ilha do Frade). [...] mais para cima está a Ilha de Anna Vaz; mais avante está o Ilhéu da Viúva e no cabo desta a Ilha de Duarte de Lemos (hoje Ilha de Vitória), onde está assentada a Vila do Espírito Santo, a qual se edificou no tempo da guerra dos Goitacás, que se apertaram muito com os povoadores de Villa Velha.*<sup>91</sup>

Embora exista uma versão, de domínio público, de que essa ilha já possuísse um

<sup>88</sup> SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. **Doação da Ilha de Vitória**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002.

<sup>89</sup> Idem, p. 10.

<sup>90</sup> Logo depois, a ilha então denominada Vila Nova passou a ser conhecida pelo nome do próprio sesmeiro Duarte de Lemos. Foi na Rua José Marcelino, na Cidade Alta, que nasceu o primeiro pouso capixaba, o monumento mais antigo de Vitória. Com a política oficial de preservação dos bens históricos no país. Iniciada em 1937, a capela é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 1946.

<sup>91</sup> MORAES, 2002, p. 56-57.

nome, Ilha do Mel, de origem tupi, não existem registros confiáveis de que isso fosse verdadeiro.<sup>92</sup>

A cidade, inicialmente, teve seu nome de origem religiosa, Ilha de Santo Antônio, várias vezes foi substituído.<sup>93</sup> Não há unanimidade de opiniões sobre a origem do nome Vitória. Sabe-se que, em 8 de setembro de 1558, o nome Vitória substituiu o de Vila Nova, em homenagem a um acontecimento histórico importante do ponto de vista do colonizador: a vitória sobre a população indígena que nela habitava.

A ocupação urbana de Vitória era praticamente insignificante e com feições nitidamente coloniais, características que perduraram na cidade durante aproximadamente quatrocentos anos. Várias foram as causas de uma transformação tão lenta de sua inexpressiva urbanização. Entre elas são lembradas as dificuldades com ataques constantes de índios, a ocorrência de epidemias causando inúmeras mortes e redução do ânimo dos sobreviventes, os poucos recursos à disposição dos governantes, o isolamento da capitania em relação ao restante do país, a dificuldade ao acesso de mercadorias por mar, a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, prejudicando a agricultura e a paz com os índios, entre outras.

A toponímia capixaba no período quinhentista é análoga à toponímia de diversos estados brasileiros, como São Paulo, por exemplo. Na obra de DICK (1993,66), é analisada a seqüência temporal da toponímia paulistana ressaltando que no quinhentismo os nomes dos rios e caminhos reais eram denominados majoritariamente com influência indígena dos tupi.

Em Vitória, a toponímia tupi pode ser observada desde o início da colonização e muitos desses nomes foram preservados mesmo depois de séculos. Para se ter uma idéia, de acordo com Serafim Leite, em 1552, Duarte de Lemos doou terrenos à Companhia de Jesus<sup>94</sup> (...). Este nome de origem tupi, do bairro Jucutuquara, percorrerá até os dias atuais e Jucu-ita-quera significa em tupi “pássaro do buraco da pedra.”

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> MONJARDIM, Adelpho. **Vitória física**: geografia, história e geologia. 2 ed. Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

<sup>94</sup> SANTOS NEVES, 2002.

De maneira geral, verifica-se que desde o primeiro século de colonização, existe uma tendência de nomes predominantemente de origem indígena. Afinal, o colonizador ainda não conhecia bem o terreno onde estava e necessitava do conhecimento do nativo que, por sua vez, já tinha boa parte dos lugares devidamente denominados. À medida que os portugueses foram se apossando do território conquistado, ele ia renomeando os lugares, sempre valorizando a aplicação de denominações de natureza religiosa. Ao controlar o espaço, apoderou-se da toponímia capixaba.

Uma outra tradição em curso, ainda mais universalizada, era a de homenagear pessoas que se fizeram importantes até ali. As figuras históricas passaram a dividir com os santos e divindades a nomenclatura dos lugares, inclusive dos logradouros. A imposição da nomenclatura dos brancos sobre a já existente dada pelos índios é parte integrante do processo de formação da nossa toponímia.

De acordo com Moraes<sup>95</sup>, os brancos, com sua superioridade tecnológica, impuseram aos índios sua língua, religião e costumes. Contudo, sempre estiveram sujeitos à influência indígena que marcou de forma indelével a formação da sociedade brasileira. Para a autora, os topônimos de origem indígena crivaram a língua portuguesa com nomes de cidades, nomes de ruas, acidentes geográficos, alimentos, entre outros.

Como a denominação de lugares não deixa de ser objeto de manipulações e de poder, qualquer opção pode se transformar numa controvérsia, sobretudo, em fases de transição de um costume para outro. É ilustrativo o que se deu com o Padre Afonso Brás<sup>96</sup>, o primeiro jesuíta a chegar ao Espírito Santo. Brás era também arquiteto e construiu, em 1551, o Colégio São Tiago, o primeiro do Espírito Santo. Ergueu uma grande casa e igreja com mesmo nome, local que abrigaria um seminário por mais de duzentos anos, período em que ficou como a principal

---

<sup>95</sup> MORAES, Neida Lúcia. **Espírito Santo**: histórias de suas lutas e conquistas. Vitória: Artgraf, 2002, p. 68.

<sup>96</sup> O Padre Afonso Brás nasceu em 1524, em Portugal e veio para o Brasil na segunda leva dos jesuítas em 1550. Com ele se inicia, verdadeiramente, a vida urbana na Vila. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1610. Sobre o assunto ver DERENZI, Luiz Serafim. **História do Palácio Anchieta**. Secretaria de Educação e Cultura. Divisão de Cultura. Estado do Espírito Santo.

referência capixaba de educação. O espaço privilegiado dessa obra serviria por muito tempo também para outras atividades, inclusive as políticas de administração do Espírito Santo, e mesmo depois, na época provincial e republicana.

De acordo com Balestrero<sup>97</sup>, o pioneiro Padre Afonso Brás, depois de tantos e relevantes serviços prestados ao início da colonização capixaba, “[...] não foi recompensado como merecia pelo povo capixaba, como iniciador de nossa catequese, representada pelo Colégio, de onde se irradiaram todas as luzes que iluminaram nosso progresso através dos séculos.” Segundo o autor a única homenagem que havia sido ofertada ao padre era a denominação da praça que fica ao lado do edifício construído por ele.

A praça Afonso Brás viraria praça João Clímaco, e os motivos foram as “[...] influências das idéias adiantadas então fermentadas nos espíritos contra os jesuítas, que eles diziam terem apenas procurado enriquecer à custa do seu apostolado”, afirma Novaes. Para Balestrero, esse ato de poder foi uma ingratidão sobre a memória daqueles que, em um ou outro setor de atividades, se sacrificaram pela causa coletiva e lamenta o fato de os dois primeiros apóstolos da nossa civilização, Afonso Brás e Brás Lourenço, serem nomes de apenas dois logradouros secundários, o mesmo ocorrendo com outros

[...] eminentes homens públicos, humanitários clínicos, parlamentares dos mais renomados e políticos de real prestígio, pertencentes a ilustres famílias capixabas, que não possuem um logradouro em Vitória com seu nome.<sup>98</sup>

Os registros feitos por Balestrero e Novaes confirmam que vem de longe a idéia de que a nomenclatura de logradouros se constitui em uma forma de perpetuação da memória e é um registro para ser lembrado. Um logradouro, devidamente nomeado, é de fato um documento histórico, é monumento, é memória e é também um elemento a mais no processo cultural de aprendizado para as futuras gerações.

Ao contrário de São Paulo, onde os estudos da toponímia estão mais avançados, em Vitória não é possível observar com mais precisão os períodos que podem ser

---

<sup>97</sup> BALESTRERO, Herivaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. (Sinopse Histórica). Viana. Estado do Espírito Santo, 1979, p. 25.

<sup>98</sup> Idem.

considerados como formadores da nomenclatura dos logradouros. De acordo com Dick<sup>99</sup>, o setecentismo paulistano foi marcado pela decadência das bandeiras e retorno dos sertanistas. Com isso, as nomenclaturas espontâneas, retiradas de elementos ambientais, descritivos e associativos, com inspiração religiosa, histórica e étnica, passaram a predominar. No século XIX, marcado por transformações e inúmeras modificações nas cidades, o surgimento da Cidade Nova provocou a evolução da nomenclatura impondo um conjunto de nomes substituindo a maioria da designação mameluca.

Por seu turno, Vitória, devido às peculiaridades regionais, desde a colonização até o século XIX ficou restrita às áreas centrais. Essas eram compostas por 17 zonas ou bairros, a saber: Praia Comprida, Santo Antônio, Moscoso, Forte São João, Capixaba, Jucutuquara, Cidade de Palha (atual Vila Rubim), Maruípe, Muxinga, Mulembá, Gurigica, casario de Caratoíra, Constantino, Bomba, Suá; e as ilhas de Santa Maria e do Príncipe.

Excetuando o centro, local que deu origem à cidade, muitos desses bairros surgiram sem o mínimo planejamento e infra-estrutura.<sup>100</sup>

Foram feitos aterros e loteamentos para que pudessem ser oferecidas as possibilidades de habitação. Não raramente a população foi lançada à ocupação de espaços absolutamente inadequados à moradia e a um mínimo de organização institucional, como no caso das favelas de palafitas que caracterizaram Vitória.

Elton<sup>101</sup> revela que não havia em Vitória nenhum sistema de regulamentação ou de serviço de emplacamento de logradouros até o ano de 1888. As ruas, becos, escadarias e demais logradouros não possuíam indicações e tampouco denominação oficial. A própria população muitas vezes improvisava nomes para os logradouros a fim de melhor se orientar e firmar pontos de referência na cidade.

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, foi um fator preponderante para que se tomassem medidas no sentido de se denominar ruas e numerar casas em

---

<sup>99</sup> DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. **A ciranda dos nomes na toponímia de São Paulo**. Cadernos de História, 1993. p. 61-71.

<sup>100</sup> ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

<sup>101</sup> ELTON, 1987.

todo o Brasil. Em São Paulo, por exemplo, isto se deu a partir de 1809, pelo ofício do ouvidor da comarca que determinava aos vereadores que registrassem as denominações das ruas em placas e numerassem as casas. Caso isto não fosse realizado, não seria possível controlar o pagamento das taxas e os impostos cobrados aos moradores. As denominações populares, em sua maioria, foram sendo substituídas pelas nomenclaturas instituídas pelo governo municipal. É claro que o próprio crescimento das cidades, por si, impôs essa necessidade. Entretanto, segundo uma outra motivação que se fez imperativa foi a necessidade da cobrança de impostos e um controle mais efetivo da população, por parte do governo.<sup>102</sup>

Na cidade de Vitória, em 1854, a Câmara Municipal tomou medidas para que as casas da cidade fossem enumeradas e as ruas nominadas, com identificação nas esquinas. Tais procedimentos foram iniciados em 1857. Contudo, somente em 1888, quando Américo Fernandes Cunha e Manuel Antunes Gomes propuseram pessoalmente, na sessão da Câmara Municipal, o emplacamento e numeração das ruas e prédios da cidade, realizou-se efetivamente o serviço. Porém, a exigência de que se colocassem placas em todas as ruas, becos, travessas e cais somente foi implementado com o Decreto nº 65, de 8 de julho de 1899. Os proprietários dos prédios urbanos deveriam pagar 5\$000 (cinco mil réis) pela numeração de seus imóveis mas, ainda assim, nem todos os logradouros públicos oficiais receberam denominações.<sup>103</sup>

Importante ressaltar que, no governo de Moniz Freire (1892-1896), foi elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade de Vitória pelo engenheiro sanitarista carioca Saturnino de Brito. O projeto conhecido como Novo Arrabalde<sup>104</sup>, previa a ocupação da região nordeste da ilha, que compreendia os bairros Praia do Canto, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Bento Ferreira e Jucutuquara. A meta era sextuplicar a área ocupada de Vitória e visava transformar a capital no maior centro

---

<sup>102</sup> CAMARGO, Luis Soares. **História das ruas de São Paulo**. Grupo Plamarc. Disponível em: <[www.dicionarioderuas.com.br](http://www.dicionarioderuas.com.br)>. Acesso em: 24 jun. 2006.

<sup>103</sup> ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

<sup>104</sup> O projeto, conhecido como o Novo Arrabalde, tinha paralelo à sua meta a idéia de ordem e de progresso, influenciado pelo positivismo da época. Confirmando a influência, nesse projeto urbanístico constava uma importante avenida com seu nome pré-estabelecido, "Ordem e Progresso." O segundo projeto de urbanização de Vitória, denominado Vitória do Futuro, só viria após 100 anos, em 1996. Sobre o assunto ver: CAMPO JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória. P.M.V., Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

populacional e comercial do Estado. Entretanto, o Novo Arrabalde não foi colocado em prática em seus primeiros anos, ficando relegado a um segundo plano, ou seja, foi “engavetado” por sucessivos governos que não o consideravam importante e, por isso, avaliavam mais razoável urbanizar as áreas centrais da cidade que já possuíam uma infra-estrutura mínima.

Somente em 1938, na gestão do Prefeito Américo Poli Monjardim é que muitos logradouros passariam a receber denominações. Era uma época na qual a nomenclatura preferencial privilegiava personalidades ligadas à política local e acidentes geográficos do estado do Espírito Santo. Contudo, não se afastou por completo a tradição anterior de se recorrer aos nomes de santos, santas, pessoas públicas e palavras indígenas, para batizar bairros novos.

Por este tempo o centro de Vitória passava por uma remodelação, com as ruas antigas sendo alargadas e novas ruas abertas. Boa parte das construções de estilo colonial, que predominavam no antigo centro, foram demolidas. As avenidas ganhavam pavimentação e surgiam os edifícios públicos, mercados, os primeiros conjuntos habitacionais e teatro<sup>105</sup>.

O período de 1900 a 1940 foi marcado pela realização de inúmeras obras que seriam responsáveis pela expansão, ao sul, do centro da cidade rumo ao bairro Santo Antônio e, ao norte, na direção de Jucutuquara, Praia do Suá e Praia do Canto. Outras realizações, nesse mesmo período, são importantes destacar a formação do tecido urbano da capital, como: início da implantação do projeto “Novo Arrabalde”: obras de aparelhamento do Porto de Vitória para exportação do café, implantação dos serviços de água, drenagem e limpeza pública, inúmeros aterros, retificação e ampliação das ruas do núcleo antigo de Vitória; instalação do bonde elétrico, com a ampliação da linha ligando Santo Antônio até Praia do Suá e a implantação da linha circular ligando a cidade alta à baixa, além da construção da Ponte Florentino Avidos, ligando Vitória à Ilha do Príncipe e ao Continente.

---

<sup>105</sup> SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.

De 1940 a 1960 verifica-se a ocupação do maciço central da região de Santo Antônio com a formação do bairro Santa Tereza. Paralelamente, promoveram-se aterros importantes para a ocupação urbana que avançava sobre o mar.

Contudo, não havia uma estrutura de códigos e outras legislações regulatórias que pudessem manter um funcionamento satisfatório das atividades da cidade em pleno crescimento. O Código Tributário, de 24 de abril de 1954, não era específico, pois além de definir normas para a denominação de logradouros também versava sobre obras e posturas. E o único instrumento com o qual contava a Prefeitura de Vitória, durante as transformações que vinham ocorrendo na capital, e logo se tornou superado, já que não dava conta de regular as múltiplas atividades de uma cidade que construía e modernizava seu equipamento portuário, principal escoadouro da economia cafeeira do Estado do Espírito Santo.

Em primeiro de agosto de 1959, contudo, o artigo 66 do Código passaria por uma modificação. No que diz respeito aos logradouros, impôs condicionamentos às nomenclaturas, ao estabelecer: “sob nenhum pretexto, se darão a qualquer logradouro público, nomes de pessoas vivas, nem será permitida a substituição de denominação dada por lei.”

A alteração também passou a prever que as novas denominações respeitariam, tanto quanto possível, a tradição local “tendo preferência para denominação sobre quaisquer outros vocábulos tupi-guaranis” (Código Tributário, 1954).

O Código, de 1954, permaneceu durante muito tempo sem que nova legislação alterasse a delimitação de nomes de logradouros apenas para pessoas já falecidas<sup>106</sup>. Esse dispositivo é a indicação de que antes desse Código era da própria população a iniciativa de nomear as ruas, possuindo sempre, o nome escolhido, algum significado que se tornasse referência ou era homenagem às pessoas ainda vivas e convivendo em seu meio. Exemplo disso, cita-se a atual Escadaria Bárbara Lindenberg, que no século XVII, ao tempo do Colégio dos

---

<sup>106</sup> É interessante ressaltar que o ato de dar nomes de pessoas aos logradouros exige uma pequena biografia por escrito como justificativa e é acompanhada de uma defesa oral na tribuna, onde o vereador autor da propositura recorre a uma retórica contendo certa dramaticidade a fim de convencer a comunidade e o conjunto dos vereadores de que, de fato, aquela pessoa agraciada é merecedora da homenagem.

Jesuítas, chamou-se Ladeira Padre Inácio, fundador da Companhia de Jesus. Depois mudou de nome para Ladeira das Colunas e após a visita de D. Pedro II ao Espírito Santo, em 1860, passou a se chamar Ladeira do Imperador. Embora tenha novamente mudado de nome para Bárbara Lindenberg, segundo Elton<sup>107</sup>, o povo continua a chamá-la de Escadaria do Palácio.

Pacheco, na obra *Os Dias Antigos*, reforça essa assertiva, quando cita a Rua Santa Casa, como uma indicação do logradouro onde situava-se a Santa Casa de Misericórdia:

Tudo o mais era uma vegetação cerrada, a cobrir os morros que cercavam a capital, além do mar que trazia as suas águas por todo o Moscoso, inundando o mangue que se estendia até o Quartel e a rua do norte, espalhando-se ainda até a rua da Santa Casa.<sup>108</sup>

A ocupação da parte continental de Vitória, onde foram instalados o Aeroporto e o complexo portuário de Tubarão ocorreu entre os anos de 1960 e 1970. Foram criados os bairros Goiabeiras, Bairro de Fátima e Jardim da Penha e, houve a implantação dos Grandes Projetos Industriais, que trouxeram para Vitória a administração de indústrias do porte da Companhia Siderúrgica de Tubarão e a ampliação da Companhia Vale do Rio Doce. Nesse processo, a região continental norte da ilha foi sendo estruturada como nos moldes do Novo Arrabalde. A ampliação do Porto de Tubarão possibilitou a criação de infra-estrutura para a urbanização da região norte da cidade, até então despovoada.<sup>109</sup> A implementação dos Grandes Projetos Industriais, após os anos 1970, além de marcar uma nova fase no ciclo de expansão industrial capixaba, teve um grande impacto econômico, social e ambiental em todo Estado e não somente na região metropolitana, conhecida por Grande Vitória<sup>110</sup>.

Contudo, a cidade de Vitória foi a localização que maior impacto sofreu, uma vez que recebeu milhares de pessoas que vieram de outras localidades do estado e de

---

<sup>107</sup> ELTON, 1986.

<sup>108</sup> PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos**. Vitória: Edufes/Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p. 15.

<sup>109</sup> NADER, 2003.

<sup>110</sup> FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

outras regiões do país, para trabalhar no mercado que se abria com a implementação dos grandes projetos, além de novos bairros que foram surgindo para abrigá-las. Dependente secular da monocultura e da exportação do café, em menos de uma década passa a se integrar ao desenvolvimento nacional e internacional, desenvolvendo uma nova dinâmica industrial ligada a investimentos estaduais e estrangeiros, potencializando uma diversificação econômica.

Vitória continuou se expandindo, destacando-se a ocupação do lado leste do maciço central da Ilha, sendo ampliados os bairros Joana D'arc, São Cristóvão, Tabuazeiro e Fradinhos. Também vários aterros foram concluídos, inclusive o que ligou a capital à Ilha do Príncipe, onde foi instalada a nova rodoviária e feita a construção da segunda ligação da ilha ao continente. Surgem, também, o loteamento Floresta da Ilha e São Pedro I. As Ilhas do Boi e do Frade foram incorporadas ao tecido urbano da cidade, e dá-se a abertura do loteamento Mata da Praia e a ocupação de áreas no limite sul do Aeroporto.

Os traços rurais da capital foram, em curto período, perdendo suas características com a elevada migração que contribuiu para o proliferamento de favelas e outros problemas sociais urbanos.<sup>111</sup> A migração rural, composta de pessoas desempregadas e de mão-de-obra desqualificada, aglomerou-se em áreas periféricas, sem o mínimo de infra-estrutura necessária a uma vida digna, gerando concentração de pobreza e desassistência pública.

A população do município iria duplicar os seus 159 mil habitantes de 1970, com a criação dos bairros Nova Palestina, Resistência, Redenção, aglomerados da Grande São Pedro, Grande Resistência, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Nossa Senhora Aparecida, completando a parte insular da capital capixaba, fechando o anel em torno do maciço central. Além dessa região popular, surge paralelamente o bairro Maria Ortiz, na parte continental da cidade e se ampliam os bairros Jardim da Penha, República, Goiabeiras e Jardim Camburi. Todo este adensamento populacional passou a demandar do poder público urgentes ações de serviços e

---

<sup>111</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950-1980.** Vitória: Edusp,2002. Sobre o assunto, ver também BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo.** Cadernos de História. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n.13, p.19-25,1998.

obras.

Novos bairros ensejaram novas ruas, avenidas, praças e demais logradouros, que se multiplicaram às centenas. E novamente aí se repetiria o processo toponímico: primeiro, os nomes dos lugares são fixados informalmente pela população, que os convertem em referência de localização e depois, com a ação organizada do poder público, passam a ser formalmente denominados com a utilização de nomes de pessoas julgadas importantes para tal fim. Como uma imposição do ordenamento urbano que se fazia premente, foram tantos os logradouros batizados que isso se transformou numa das principais ocupações dos vereadores. Sobretudo no período que compreendeu o Regime Militar, fase em que foram limitadas as prerrogativas dos edis, levando-os à dedicação desta atribuição legal.

## 2.3 TOPONÍMIA E PODER EM VITÓRIA

O Poder Executivo Municipal é o órgão que decide a escolha da nomenclatura dos logradouros e, com o crescimento urbano, esse serviço ganha relevo como um dos mais importantes da municipalidade. Tão importante que a definição do nome do logradouro público se dá na forma de uma lei ordinária debatida, votada e aprovada na Câmara Municipal. Isto está previsto na principal legislação do município, que é a Lei Orgânica de Vitória. Elaborada através de um processo constituído em 1990, na seqüência da feitura das constituições federal e estadual, a Carta Magna Municipal dá aos vereadores e ao prefeito a prerrogativa para definirem os nomes novos e mudarem os já existentes.

O processo legislativo na Câmara Municipal é todo previsto em seu Regimento Interno, que disciplina, do início ao final, a tramitação da matéria que vai resultar no nome dos logradouros. O processo é iniciado por um projeto de lei, normalmente proposto por um dos 15 vereadores da capital capixaba. Também o prefeito pode enviar mensagem à Casa de Leis fazendo a propositura. Uma outra forma está prevista na Lei Orgânica de 5 de abril de 1990, em seu artigo 92, que trata dos projetos de iniciativa popular.<sup>112</sup>

Apresentado o projeto, com seu texto enquadrado nas normas regimentais, inclusive com a justificativa assinada pelo autor ou autores, a matéria começa a tramitar. Inicialmente, o projeto é lido no horário de leitura dos expedientes que chegaram a Câmara Municipal e despachado, pelo presidente da sessão, à Comissão de Constituição e Justiça. Lá é escolhido um vereador para relatá-lo e seu parecer deve tratar exclusivamente da constitucionalidade ou não da proposição. Esse parecer fica sujeito a emendas que podem ser apresentadas por outros integrantes da comissão. Dentro dos prazos estabelecidos para a tramitação do projeto dentro da comissão ele é, finalmente, submetido à votação.

---

<sup>112</sup> Lei Orgânica do Município de Vitória. SUBSEÇÃO IV Da Iniciativa Popular, p. 38. Art. 92. Fica assegurada a iniciativa popular na elaboração de leis, através de proposta subscrita por, no mínimo cinco por cento do eleitorado da cidade, região ou bairro, conforme a abrangência da proposição. 1 - Os projetos de iniciativa popular deverão ser apreciados pelo Legislativo no prazo de sessenta dias a contar da data de sua entrega ao Legislativo. 2 Fica garantido o acesso das organizações patrocinadoras da iniciativa popular de lei ao Plenário e Comissão da Câmara de vereadores com direito a voz, durante a tramitação do projeto.

Aprovada a constitucionalidade do projeto com o nome de um logradouro, no âmbito da Comissão de Constituição de Justiça, este segue imediatamente para a Comissão de Finanças, a fim de verificar se haverá ou não custo para a sua implementação. A Constituição Federal<sup>113</sup> proíbe que vereadores legislem sobre matéria que implique em aumento de despesas para o erário.<sup>114</sup> O mesmo procedimento se dá nessa comissão e de lá o projeto vai para a pauta de votação, aguardando sua vez de ir ao plenário, junto com outras dezenas de proposições em tramitação.

O autor do projeto pode pedir Regime de Urgência, mas há necessidade para subscrição de metade dos vereadores. No caso de aprovada a urgência, a matéria ganha prioridade sobre os demais projetos e entra logo na ordem do dia, momento em que é finalmente levada ao debate e votação. Mesmo quando já está em debate no plenário, a proposta pode sofrer emendas, cujos pareceres são colhidos com a suspensão dos trabalhos. Aprovado o projeto propondo nome para um logradouro, a matéria vai ao Prefeito que pode sancionar ou vetar o projeto. Em ambos os casos a matéria volta à Câmara Municipal, que fica com a incumbência de manter ou rejeitar a ação aposta pelo prefeito. A última etapa é a publicação da aprovação no órgão oficial do Município e, concluída a fase legisferante, caberá à Prefeitura as providências que se seguem, entre elas a de comunicar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a decisão tomada.

Comumente os autores dos projetos tomam a iniciativa de procurar familiares dos homenageados para comunicar a aprovação da matéria. Noutros casos, os autores vão até a comunidade beneficiada, para confraternizar com o atendimento da demanda. Os projetos dessa natureza que mais centralizam debates são aqueles que dizem respeito à mudança de nomes de logradouros, ação que nunca dispensa polêmica. Muitas vezes também é a própria comunidade que toma a iniciativa de definir antecipadamente o nome de um logradouro, geralmente agraciando um antigo morador do lugar. A reivindicação é, então, encaminhada à Câmara Municipal, para que a idéia se transforme numa lei.

---

<sup>113</sup> Art. 61, parágrafo 1º, inciso II, alínea “b.”

<sup>114</sup> De fato há uma pequena despesa no caso com os custos das placas. Mas, no texto da proposição não há nada que trate da sua afiação e trabalho que está às expensas da Prefeitura.

As sugestões para a denominação de um logradouro podem partir das mais variadas fontes. Às vezes são entidades diversas que realizam lobbies junto aos edis, ora para homenagear um ecologista, ora para tributar um atleta renomado ou um antigo militante de causas populares e sociais. Há casos, inclusive, de procura de vereadores para homenagear alguém sem que ainda exista o próprio logradouro para isto.

A questão da nomenclatura de logradouros públicos diz respeito também ao tema da cidadania, da qual está virtualmente excluído quem não tem seu endereço reconhecido e oficializado, pois a falta de identificação dos logradouros públicos deixa o cidadão desprotegido, principalmente os das áreas de morro e periferia, quando seu imóvel não é localizado.<sup>115</sup>

Não se consegue viver sem um endereço e tê-lo é tão fundamental que, na carência de um formalmente constituído, as pessoas improvisam uma alternativa. De acordo com a Sedur, quando o poder público fica ausente nesse caso, a própria comunidade se organiza para arranjar uma solução, mas isto acaba gerando bancos de dados diferentes em variados órgãos. A denominação oficiosa tem dificuldades para ser reconhecida e pode resultar em prejuízo para a cidade como um todo. Portanto, estabelecer formalmente os endereços chega a ser prioridade das administrações. Em Vitória, por exemplo, foi executado o projeto Endereço Cidadão, em 2000, objetivando especificamente oficializar a numeração dos imóveis do município e nome dos logradouros públicos. Para este fim uma empresa especializada foi contratada para a implementação da sinalização de toda a cidade. Pelo contrato coube à empresa a concessão de uso de área pública para exploração do serviço de fornecimento, instalação e manutenção do posteamento, com as devidas placas indicativas, oficiais, dos logradouros. A contrapartida foi a liberação para a exploração de publicidade pela referida empresa e é por isso que os nomes dos logradouros passaram a serem vistos ao lado de apelos publicitários, em vistosas placas de identificação. A empresa contratada afixou nos locais adequados placas mais destacadas, que na prática deram maior projeção às pessoas homenageadas, em sua maioria homens.

---

<sup>115</sup> Disponível em: <[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)>. Acesso em: 17 mar. 2006 (Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Vitória).

Até o ano 2000, Vitória contava com 1.499 logradouros oficialmente nomeados, sendo que destes, 1.155 eram com nomes de homens e apenas 256 com nomes de mulheres. Outros 88 não tinham nomes de pessoas. Já a população da cidade era composta por 52,90% de mulheres, contra 47,09% de homens.<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> NADER, 2003.

### 3 A SUTILEZA DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

#### 3.1 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE VITÓRIA

Nas três últimas décadas do século XX, as transformações na sociedade brasileira e particularmente na sociedade capixaba foram tantas que para muitos não fica fácil imaginar como era a época anterior. Contribuíram para essas mudanças os mais diversos fatores, entre eles a ação de inúmeros movimentos sociais organizados. O movimento feminista, por exemplo, introduziu o debate sobre a autonomia das mulheres e do seu potencial de decidir e de escolher, bem como foi importante para estimular denúncias das diferentes formas de violência contra as mulheres. Além disso, o movimento feminista enfrentou não só o comportamento masculino de agressão permanente às mulheres, tratadas como um objeto de posse, mas também a cultura machista expressa na forma de piadas, cantadas, assédio, humilhações e estupro.<sup>117</sup>

O movimento feminista, como movimento social organizado, produziu impactos em inúmeros setores da sociedade, seja denunciando a opressão das mulheres e os mecanismos de sua subordinação na família; assim como defendeu o direito feminino de expressar o seu desejo sexual, inclusive separando o entendimento do que vem a ser maternidade e sexualidade. O movimento feminista também transformou a vida das mulheres, num processo de contínua busca por uma sociedade justa e democrática.

Embora muitos avanços possam ser registrados na longa luta das mulheres por emancipação, ainda é possível observar que permanecem em nossa sociedade muitas discriminações de gênero, sendo que algumas delas continuam encobertas.

---

<sup>117</sup> FARIA, Nalu (Org.). **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 1998.

Neste sentido, Bruschini e Sorj<sup>118</sup> advertem que é preciso desvelar os sutis mecanismos sociais que estabelecem relações de gênero hierárquicas, marcadas pela desigualdade. Para esse fim são necessárias doses de muita perspicácia para perceber e desvendar cada discriminação que ainda permaneça encoberta. E, nesse sentido constata-se uma discriminação não tão manifesta, mas nem por isto menos importante, que é o ato de nomear um logradouro público nas cidades.

Passando ao exame do banco de dados oficiais, colhidos junto aos poderes públicos relativos ao período de 1970 a 2000, verificou-se que o município de Vitória, capital do Espírito Santo, contava com 1499 logradouros públicos oficiais. Deste total de logradouros, 1163(77%) possuíam nomes de homens e apenas 239 (17%) possuíam nomes de mulheres. Os outros 97(6%) não possuem nomes de pessoas.

Ao se observar a discrepância entre os nomes de homens e de mulheres nos logradouros públicos da cidade de Vitória, até o ano 2000, constata-se que os primeiros somam um percentual de 77% e as segundas compõem 17%. Assim sendo, por essa disparidade fica explicitada uma discriminação contra as mulheres, pois há uma sub-representação de seus nomes se comparados à pronunciada maioria de nomes de homens, conforme se pode observar no gráfico 1:

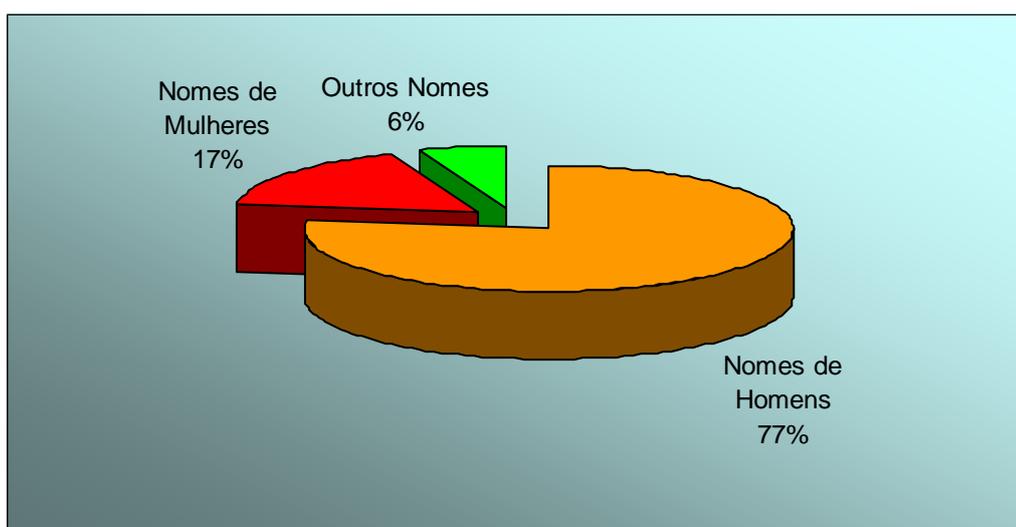


Gráfico 1 - Percentual de nomes de mulheres e de homens nos logradouros públicos de Vitória.

<sup>118</sup> BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. **Novos olhares mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.

Boa parte dos logradouros foi denominada sob a vigência do Código de Posturas de 1954<sup>119</sup>, que não continha qualquer dispositivo explicitamente contrário aos nomes femininos. Mas ele, e também os que o sucederam, jamais levaram em conta cuidados que fossem capazes de permitir que os nomes de mulheres fossem justapostos, em igualdade de condições, com os de homens. Essa necessidade se imporia caso houvesse no conjunto da sociedade vozes que reclamassem uma legislação criteriosa quanto à questão de gênero. De fato, o Código de 1954 limitou-se a poucas exigências, num único artigo e um parágrafo:

Art. 66 – A denominação de logradouros públicos será determinada em lei, e sua inscrição far-se-á obrigatoriamente por meio de placas afixadas em local conveniente.

Parágrafo Único – Sob nenhum pretexto se darão as ruas, praças, avenidas ou jardins públicos, nomes de pessoas vivas.

Contudo, uma modificação no Código, feita em 1959<sup>120</sup>, começou a estabelecer que, nas novas denominações, passariam a ser respeitadas, tanto quanto possível, as tradições locais, dando-se preferência, para as denominações, aos vocábulos tupi-guaranis. Aqui se observa a presença de um dispositivo legal que garantirá a manutenção da herança lingüística nativa como uma necessidade de preservação de valores culturais importantes. É a lei sendo instrumentalizada para salvaguardar um patrimônio então ameaçado de desaparecer numa sociedade em mudanças.

A ausência de um mecanismo legal dessa natureza, em relação à questão de gênero, nunca foi objeto de preocupação dos legisladores, apesar de a flagrante disparidade na quantidade de nomes masculinos em comparação com os femininos. Ou seja, mesmo sendo mais comum a prática de nomear os logradouros com nomes de pessoas, a preocupação com a discriminação de gênero não esteve na mesma escala em que se verificou a apreensão relacionada à justa preservação da nomenclatura tupi-guarani. O gráfico 2 demonstra a superioridade dos nomes de pessoas sobre os outros:

---

<sup>119</sup> Lei n. 351, de 24.4.1954, capítulo 1 – seção IV.

<sup>120</sup> Lei n. 822, de 1.8.1959.

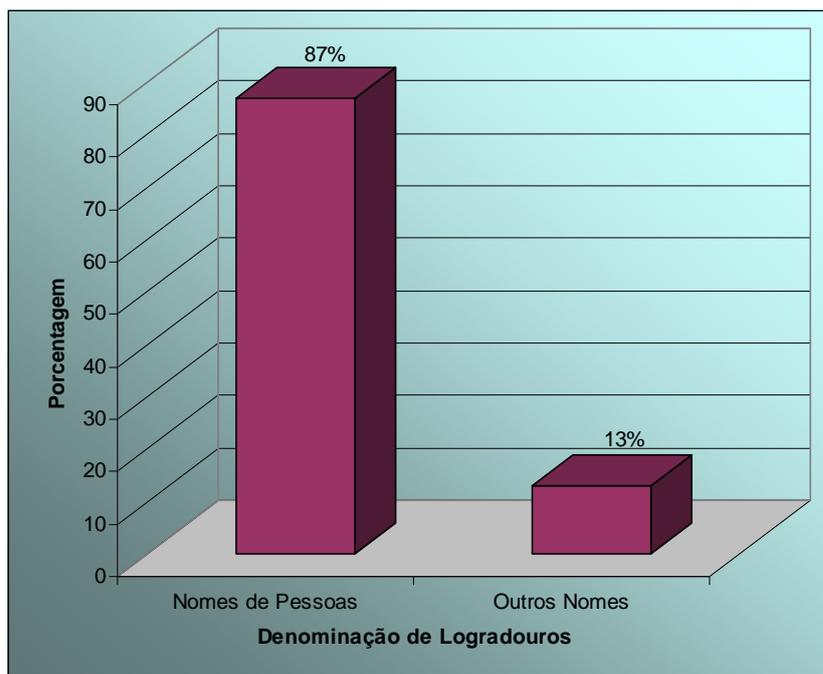


Gráfico 2 - Diferenciação da denominação de logradouros com nomes de pessoas e outros nomes. Vitória. 1970 à 2000.

Os dados são a confirmação da tradição de nomear os logradouros com nomes de pessoas, que, no caso de Vitória, alcança um percentual de 87% contra 13% para os outros vocábulos.

Ao se identificar a pequena representatividade de nomes de mulheres nos logradouros de Vitória, antes de 1970, é presumível supor que essa esteja relacionada com o fato de os políticos serem, à época, quase que exclusivamente homens, e que enxergavam, especialmente em outros homens, os méritos que justificassem a homenagem. Infere-se, então, que os logradouros, por serem locais públicos, culturalmente seriam, de forma simbólica, representados mais adequadamente por nomes de homens. Afinal, seriam eles a personificação do mundo público e do poder.

A esfera pública está de tal forma revestida de masculinidade que para penetrá-la a mulher fica sujeita a um processo de deturpação da condição feminina. É que se percebe a aplicação de critérios masculinos para avaliar se as mulheres realmente são ou não merecedoras da homenagem.

Hunner adverte que, se existe uma invisibilidade das mulheres na esfera pública, deve-se questionar até que ponto esta esfera é realmente significativa ou o que essas atividades irradiaram sobre os papéis das mulheres na sociedade. Para a autora, é preciso investigar a gama total de experiência de vida das mulheres como, por exemplo, suas atividades, suas funções, seus problemas, suas percepções e seus valores. E que se deve ampliar a visão de que a história das mulheres seja exclusivamente uma história de protestos ou uma história de contribuidoras, baseadas em mulheres famosas.<sup>121</sup>

Compreendendo os logradouros públicos como lugares de memória, remetemos à consideração da autora<sup>122</sup>, se toma o pensamento de Hunner quando afirma que “(...) os homens, enquanto transmissores da cultura na sociedade, incluindo aí o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgaram importante”. Por outro lado, a autora discorre que na medida em que os homens devotam maiores esforços à investigação da transmissão e ao exercício do poder, as mulheres continuam a serem ignoradas, historicamente negligenciadas, sujeitas aos estereótipos que perpetuam conceitos sobre a realidade elaborados por um grupo masculino dominante, meras representações ou percepções de um construto parcial como se fosse a complexa totalidade social. Esse juízo se aplica bem às mulheres de grandes feitos, sem que, no entanto houvesse por parte dos que detêm o poder o devido reconhecimento, pelo menos no que se pudesse traduzir em nomes de logradouros na cidade de Vitória. Mesmo assim não deixaria de ser uma tentativa de se encontrar mulheres que se ajustassem às categorias já existentes na história<sup>123</sup>.

Até a década de 1970, as mulheres eram bem menos homenageadas com seus nomes nos logradouros, em relação às três décadas posteriores, conforme mostra o gráfico 3:

---

<sup>121</sup> HUNNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelo direito da mulher no Brasil (1850-1940). Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunic, 2003.

<sup>122</sup> Idem, 2003. p. 14.

<sup>123</sup> Segundo Hunner (Idem, p. 19), esta abordagem é relativa às mulheres de grandes feitos, excepcionais, do que a massa de mulheres na história.

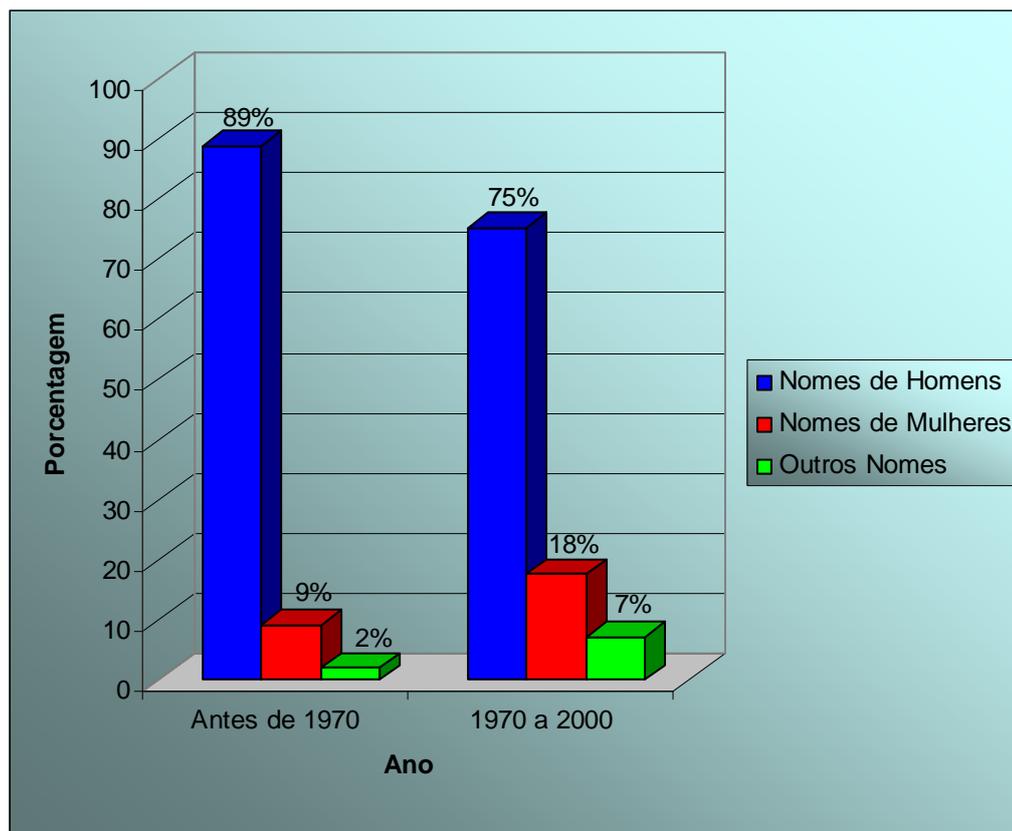


Gráfico 3 – Homenageados nos logradouros públicos de Vitória, antes de 1970 e de 1970 a 2000.

Uma série de fatores poderia justificar a baixa representatividade de nomes de mulheres nos logradouros. A cultura tradicional, contudo é a que mais chama a atenção, uma vez que socializa diferentemente meninos e meninas e porque de modo geral, associa o homem ao público e a mulher ao privado, às estruturas familiares rígidas e hierarquizadas e à cultura e aos costumes da sociedade brasileira que sempre impuseram às mulheres dificuldades em conciliar vida pública e vida privada. Além disso, a maioria das mulheres da geração anterior aos anos de 1970 não teve oportunidade de estudar, apresentando níveis de analfabetismo superiores aos masculinos.<sup>124</sup> Essa época corresponde a um período em que a mulher capixaba ainda não havia entrado, em massa, no mercado de trabalho, nem havia uma tendência crescente de promulgação de leis sobre logradouros públicos com nomes de mulheres. O gráfico abaixo mostra que somente após os anos de 1970 dobrou o número de logradouros públicos com nomes de mulheres em relação aos 30 anos anteriores, o que demonstra que a política de escolha de nomenclatura de

<sup>124</sup> IBGE (2006). Síntese dos Indicadores Sociais 2006. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p.152.

logradouros, a partir desses anos, homenageou um número maior de mulheres capixabas.

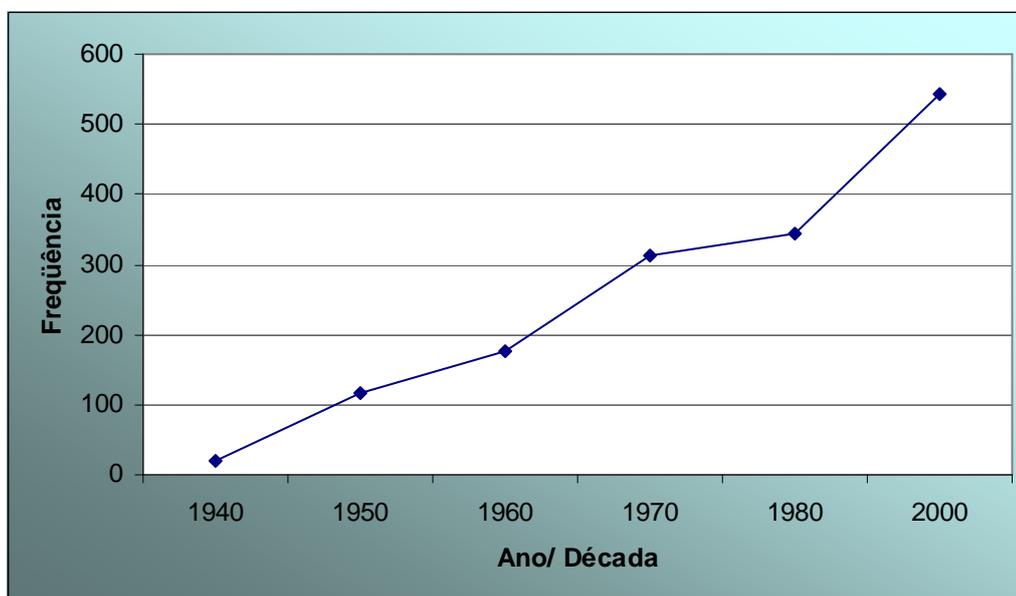


Gráfico 4 - Crescimento das homenagens às mulheres, por década. 1940 a 2000.

O aumento de logradouros vitorienses, cujas nomenclaturas homenageiam mulheres pode estar relacionado diretamente à visibilidade que as mulheres ganharam com o impulso ao ingresso feminino no mercado de trabalho, a partir dos anos 1970. Este impulso é fruto de uma combinação de fatores, dentre os quais se destaca o aumento da escolaridade das mulheres, o acesso aos métodos anticoncepcionais e mudanças nos valores relativos aos papéis e ao espaço destinado às mulheres, fenômenos conquistados com as lutas do movimento feminista.

Contudo, a maior presença de mulheres exercendo atividades produtivas no espaço público e o crescente nível de escolaridade superior ao masculino, não foram capazes de reverter desigualdades na esfera do trabalho. A partir do momento em que as mulheres conseguem empregar-se no mercado de trabalho, elas concentram-se em espaços bastante diferentes daqueles ocupados pelos homens. As mulheres são maioria entre as empregadas domésticas, trabalhadoras na produção para o próprio consumo ou não-remuneradas e servidoras públicas, enquanto os homens se encontram proporcionalmente mais presentes na condição de empregados (com ou sem carteira assinada), trabalhadores que atuam por conta

própria e empregadores.<sup>125</sup> Puppim<sup>126</sup> revela que a força de trabalho masculina e feminina não se equaliza por outros fatores que não só o econômico, como gênero e etnia. Mesmo com o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, segundo o IBGE acerca da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, passando de 14,6%, em 1950, para 38,7% em 1989, verifica-se uma sub-representação de mulheres nos cargos de comando (direção e gerência).

Esta comparação sobre o mercado de trabalho e o acesso minoritário de nomes de mulheres nos logradouros públicos da cidade de Vitória se justifica na medida em que, considerado o tipo de logradouros onde as mulheres estão mais representadas na cidade, algumas diferenças são evidentes. Do total de ruas<sup>127</sup> com nomes de pessoas encontradas no período de 1970 a 2000, 14,1% homenageiam mulheres e 85,9% homenageiam homens. As escadarias<sup>128</sup> contam com 22% de nomes de mulheres e 77,6% de nomes de homens. As praças<sup>129</sup> e becos<sup>130</sup> apresentam divisão próxima à anterior, com percentual em torno de 20% para as mulheres e de 80% para homens. A menor distribuição de nomes que homenageiam homens e mulheres é a das avenidas<sup>131</sup>, que contam com apenas 5,30% de nomes de mulheres e 94,70% de homens. Tal dado mostra que há uma maior discriminação quando se trata de um logradouro de maior importância para o comércio e o fluxo de pessoas e veículos, como é o caso das grandes avenidas, nas quais os homenageados desfrutam de prestígio equivalente à distinção conferida pelo endereço.

---

<sup>125</sup> Revista da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres. **Textos e roteiros de discussão.** Conferências Municipais e/ou Regionais e Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Governo Federal. 2007, p. 13.

<sup>126</sup> PUPPIN, Andréa. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil.** São Paulo. Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 13. Conforme dados de 1991, nos 300 maiores grupos privados nacionais, somente 3,47% de mulheres ocupam cargos executivos de topo. O percentual cai para 0,94%, se consideradas as maiores estatais brasileiras, e reduz-se para 0,48% entre as 40 maiores corporações estrangeiras.

<sup>127</sup> RUA: logradouro público destinado à via de rolamento de veículos com uma faixa por direção de tráfego.

<sup>128</sup> ESCADARIA: via de pedestre em forma de degraus que dá acesso a áreas elevadas (morros).

<sup>129</sup> PRAÇA: espaço livre de uso público destinado ao lazer e convívio social entre pessoas de uma comunidade.

<sup>130</sup> BECO: via de pedestre originada de ocupação irregular.

<sup>131</sup> AVENIDA: via de rolamento de veículos que tem pelo menos duas faixas por direção de tráfego.

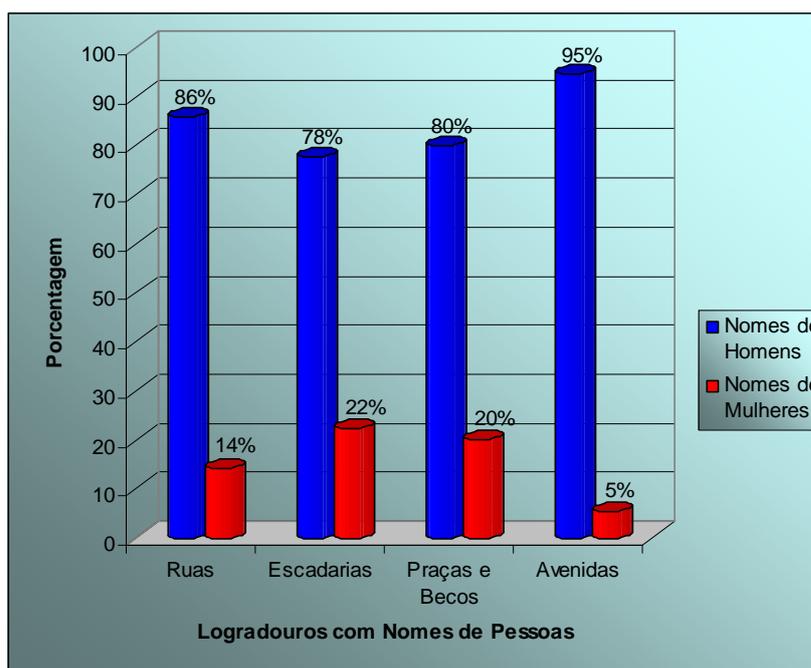


Gráfico 5 – Nomes de homens e de mulheres homenageados nos logradouros públicos. Vitória. 1970 a 2000.

A ocorrência pode ser comprovada no exame das principais avenidas da capital. Nelas, de fato existem nomes femininos, porém de motivação religiosa. Três avenidas mais populares da cidade de Vitória são tributos a santidades católicas, tais como Avenida Nossa Senhora da Vitória, Avenida Nossa Senhora da Penha e Avenida Nossa Senhora dos Navegantes. Logo, do conjunto das maiores avenidas da cidade de Vitória, três são tributos à santidades católicas e não propriamente à mulheres capixabas.

Conforme exposto nos capítulos anteriores, os logradouros são nomeados por leis municipais, cujos projetos seguem toda uma tramitação regulada pelo Código de Posturas e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal. Cada projeto deve conter, obrigatoriamente e por escrito, a sua devida justificativa, na qual o autor da mensagem destaca os predicados da pessoa homenageada a fim de comprovar, de forma convincente, a justeza da sua proposição.

Nesse ponto, o vereador ou o prefeito se esmera em salientar o que julga serem qualidades notórias da pessoa homenageada. São raríssimas às contestações aos atributos expostos pelos autores em seus projetos, nomeando logradouros, pois tal

procedimento é sempre recebido como uma manifestação de deselegância com os pares. Por isso, as justificativas dos projetos de lei proporcionam um levantamento qualitativo no que se refere às mudanças na sociedade vitorienne advindas do movimento feminista, pois nelas está revelada a visão de sociedade de cada época. À medida que as conquistas feministas foram se consolidando, se percebe que a cada década ocorre um aumento do número de logradouros vitorieneses com nomes de mulheres.

Certamente esse aumento se vincula à ininterrupta entrada das mulheres no mercado de trabalho, aberto pela industrialização, ocorrida no Estado após os anos de 1970. Mas, numa análise das biografias das mulheres homenageadas com seus nomes nos logradouros vitorieneses se constata que o movimento feminista interferiu não somente no aumento quantitativo, mas principalmente, na mudança simbólica dos atributos exigidos para se considerar uma mulher digna de uma homenagem como essa.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 os dados demonstram que a justificativa mais recorrente, oferecida pelos vereadores da cidade de Vitória para homenagear as mulheres, colocando seus nomes nos logradouros, foi a condição de trabalhadora das homenageadas. A maioria das trabalhadoras encontradas atua na área do magistério, o que evidencia ser o magistério não apenas uma porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho, mas, também objeto de reverência para todos que pretendiam distinguir as mulheres que julgavam socialmente importantes.

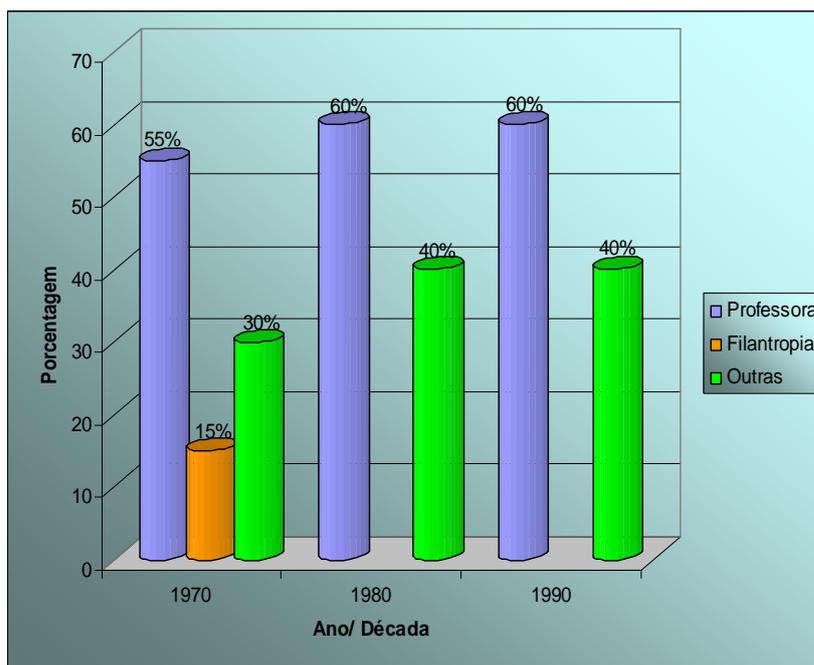


Gráfico 6 - Profissões encontradas nas justificativas dos projetos de lei de logradouros públicos. Vitória. 1970 a 2000.

Contudo, por muito tempo esse tipo de valorização exprimia a idéia de que a função da professora não passava de algo complementar à função maternal da mulher. Segundo Soares, inicialmente:

[...] o Estado do Espírito Santo pretendia que o trabalho do professor fosse “missão e renúncia”; a Igreja, um “sacerdócio leigo”; e os empresários queriam a docilidade e dedicação, que evitasse qualquer tensão para o rendoso negócio de difusão do conhecimento no ambiente escolar.<sup>132</sup>

Essa associação entre professora e mãe era realçada justamente para adicionar ainda mais importância social à docente.

Por outro lado, Silva<sup>133</sup>, ao dissertar sobre a feminização do magistério, diz que a entrada das mulheres nesta profissão não foi uma doação do espaço dada pelos homens.

<sup>132</sup> SOARES, Renato Viana. **Retrato Escrito**: a reconstrução da imagem das(os) professoras(es) através da mídia impressa. (1945-1995). Vitória: ITB, 2005, p. 45.

<sup>133</sup> SILVA, Erineusa Maria. **As relações de gênero no magistério**: a imagem da feminização. Vitória: Edufes, 2002.

Tampouco as mulheres ficaram satisfeitas ou concordaram pacificamente com a desvalorização salarial. Ao contrário, as mulheres representavam uma força social com potencialidade de imprimir mudanças na sociedade. Prova disso está no fato de que as professoras primárias, desde o final da década de 1950, já reivindicavam de forma organizada, através da União das Professoras Primárias do Espírito Santo (Uppes) melhores condições de trabalho, infra-estrutura e tiveram que enfrentar e resistir estrategicamente a todo tipo de dificuldades, como a distância e as péssimas condições do local de trabalho, a resistência da família, entre outros, para garantir seu espaço no mercado de trabalho.

No entanto, nas justificativas utilizadas pelos vereadores do período pesquisado não foi possível verificar predicados indicando ousadia, força, perseverança, luta, coragem e persistência que seriam próprios de uma jovem que sai de casa para morar longe da família, vai para o interior do Estado, onde tem que andar quilômetros a cavalo e em estradas de chão para trabalhar, se sujeitando a toda sorte de intempéries e receber seu salário somente no final do ano letivo. A natureza penosa da atividade do magistério de certa forma era incluída nas justificativas dos projetos homenageando professoras, mas nenhuma menção se fazia à sua resistência e ao sacrifício pessoal imposto. As justificativas passam a impressão de que os vereadores enxergavam nisso uma abnegação inerente às mulheres da educação pública, algo parecido com sacerdócio.

Em sua pesquisa sobre a representação da mulher nos livros didáticos, Pinto<sup>134</sup> revela que, de uma maneira geral, nos textos e nas ilustrações dos livros há uma predominância de associação da mulher ao homem, sobressaindo a imagem da mulher restrita ao espaço privado de cunho familiar, como o casamento e as atividades domésticas.

Para a autora, essa imagem fortalece a idéia de ausência das mulheres dos processos históricos, predominando, assim,

---

<sup>134</sup> PINTO, Andréia Márcia. **A representação da mulher nos livros didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes: 2001. 181f.

[...] a imagem masculina do homem forte, detentor do poder, que participa ativamente da história, ou quando são apresentadas, o são freqüentemente, associadas à idéia de sujeição em relação ao poder masculino, reservando-se à mulher o total esvaziamento de sua participação.<sup>135</sup>

De tal modo, na década de 1970 era comum o vereador justificar a propositura de uma homenagem desenhando um perfil da mulher do magistério vinculado à filantropia, conforme se pode verificar abaixo:

[...] foi professora, prestou grande colaboração no aprimoramento dos conhecimentos de nosso povo.  
[...] sempre procurou prestar ajuda aos mais humildes, colaborando sempre espontaneamente para as obras de filantropia.

A concepção de que a profissão de professora era uma vocação naturalmente ligada à maternidade, e que nisso havia até algo de celestial, também pode ser encontrada na justificativas que se segue:

[...] Fez do templo sagrado da escola o relicário de suas aspirações nele pregou as suas doutrinas profissionais para jovens que depois já homens feitos, em cursos superiores ou desenvolvendo atividades na vida pública os acompanhava nos noticiários lembrando datas e fatos de sua vida escolar e exultando de alegria nos seus triunfos. A sua obra bendita teve repercussão até fora do Estado [...].

Esse é um relevante exemplo para relevar os lugares e os papéis sociais prescritos para os homens e para as mulheres. A elas caberia ministrar a educação para depois acompanhar pela televisão, e nos jornais, o sucesso e o poder dos homens na vida pública. Belotti<sup>136</sup>, em sua obra *Educar para a submissão*, descreve como os meninos e as meninas vão, desde o útero da mãe, sendo educados para exercerem diferentes papéis na sociedade. Segundo a autora, durante milênios, o homem

*[...] foi o detentor do poder, não suporta o pensamento de que este acabará com o fim de sua vida, quer transmiti-lo a um outro ser, semelhante a ele. Quem tem o poder cobre-se de prestígio, ergue-se como um símbolo, tem o direito e o dever de realizar-se ao máximo, dele se espera que se torne um indivíduo, e é considerado por aquilo que há de ser.*

Já das meninas, ainda segundo a autora, espera-se que se tornem um objeto, e são consideradas por aquilo que irá dar, prevendo a renúncia pessoal para que o outro persiga o poder. Além do que instituições, como a escola, também podem reproduzir

<sup>135</sup> Preserva-se o nome do vereador e da homenageada, privilegiando os perfis, objetos da demonstração da mudança.

<sup>136</sup> BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1985.

esses papéis utilizando-se de jogos, brincadeiras, literaturas e histórias infantis que perpetuam uma imagem das mulheres de forma estereotipada. Disso se depreende que, por mais que as mulheres tenham conquistado espaço no mundo do trabalho e apresentem níveis de escolaridade superiores ao dos homens, permanece uma imagem feminina não condizente com a realidade. Logo, observa-se que nas justificativas dos projetos de lei sobre logradouros públicos também estão ali reproduzidos os papéis sociais esperados para um e outro sexo.

Diante do exposto, se verifica que, na década de 1970, as leis que nomeavam logradouros com nomes de mulheres, homenagearam, dentre as profissões citadas, majoritariamente as professoras, perfazendo num total de 55%, justamente porque essas já estavam no mundo público. Porém se pode encontrar outras profissões que também foram contempladas, tais como comerciantes musicistas domésticas costureiras além de mulheres ocupadas nos ramos hoteleiro e imobiliário, somando 30%. Já as mulheres ligadas à filantropia, totalizam 15%.

Precisamente em 1979, uma lei inusitada, de autoria do vereador Claudionor Lopes Pereira, viria confirmar que a mulher importante era exatamente a professora. Sob o número 100-79, a lei estabelecia que no bairro Maria Ortiz<sup>137</sup>, situado na região da Grande Goiabeiras, todas as ruas deveriam ter nomes de professores de Vitória, já falecidos. A justificativa apresentada pelo edil é auto-explicativa:

O que se pretende, através do presente projeto de lei é disciplinar o procedimento do legislador de modo a se agrupar, num só Bairro e nas suas respectivas ruas, o nome de pessoas que prestaram serviços relevantes à comunidade no difícil mister de educar. Pela sua significativa contribuição a classe de professores, na qual se destacaram as mais luminosas culturas, tornou-se merecedora da homenagem que ora se presta. Esta matéria

---

<sup>137</sup> A mulher homenageada, Maria Ortiz, que dá nome ao bairro, teria nascido em Vitória, a 14 de setembro de 1603, filha dos imigrantes espanhóis Juan Orty y Ortiz e Carolina Darico. No imaginário capixaba, ela ocupa lugar de destaque, compondo com Domingos Martins (1781-1817), Caboclo Bernardo (1859-1914) e outros, além do próprio Vasco Fernandes Coutinho (c.1495-1561), uma espécie de Panteão de Heróis. A heroína, em 1625, contava com 21 anos de idade quando ocorre a invasão holandesa em solo capixaba. Reconhecendo o valor da ação uma carta ao Governador Geral Diogo Luiz de Oliveira, em junho de 1625, assim relata: “Na repulsa dos invasores audaciosos é de justiça destacar a atitude de uma jovem moça que, astuciosamente, retardou o acesso dos invasores à parte alta da vila, por eles visada, permitindo assim que organizássemos com os homens e elementos de que dispúnhamos, a defesa da sede. Essa jovem se tornou para todos nós um exemplo vivo de decisão, coragem e amor à terra. A ela devemos esse valioso serviço, sem o qual a nossa tarefa seria muito mais difícil e penosa. O seu entusiasmo decidido fez vibrar o dos próprios soldados, paisanos e populares na defesa e perseguição do invasor audaz e traiçoeiro”. Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nº 57 (2003).

ensejará aos nossos dignos pares a oportunidade de reverenciar a memória saudosa e querida de sua inesquecível professora ou de seu inesquecível professor, que sempre foram autênticos abnegados e idealistas, porque infelizmente no Brasil ser mestre é renunciar à fortuna e se entregar a uma vida obscura.

Esse projeto rezava, em seu artigo 1º, que os logradouros somente poderiam receber denominação oficial de pessoas que tivessem “[...] prestado serviço ao Magistério Público na função de professor”.

Em 1992 esta lei seria revogada. Contudo, a partir da exposição, pode-se concluir que ela influenciou no aumento de logradouros de Vitória com nomes de mulheres, já que o magistério é composto majoritariamente por mulheres. Entre os especialistas e os que trabalham na administração das escolas, as mulheres representavam 88,2% do magistério capixaba em 1991.

Outra forma utilizada pelos vereadores para reforçar a importância da homenageada é acrescentar o estado civil ou a filiação da mulher. A maioria das justificativas da década de 1970 contém o nome ou do pai ou do marido, ou até dos filhos.

[...] Residiu cerca de 60 anos naquela região, onde, ainda moça, se dedicou de corpo e alma à vida do campo. Essa extinta senhora de bom coração, humilde, exemplar esposa, amiga dos humildes, católica fervorosa. Filha de [...] e de [...], foi juntamente com seu esposo[...] Do feliz matrimônio, nasceram os filhos[...],[...] e [...] todos dignificando a sociedade.

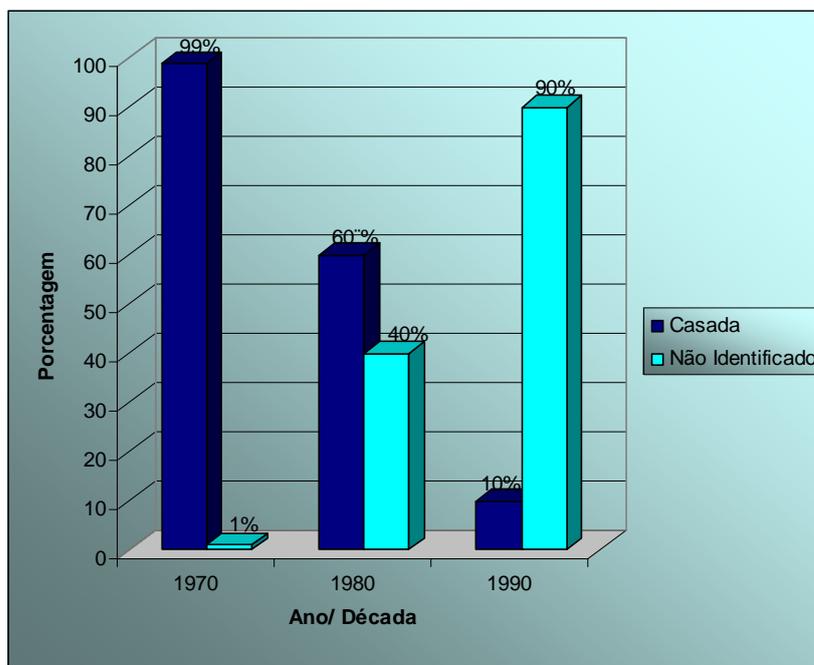


Gráfico 7 – Percentual de mulheres casadas em comparação com outros estados civis não identificados, citadas nas justificativas dos projetos de lei de logradouros. Vitória – Décadas de 1980 a 2000.

Destacam-se, sobremaneira, as qualidades relativas ao casamento e à maternidade.

[...] Pessoa boníssima, de excelentes virtudes, embora jovem, mãe de família exemplar, esposa dedicada e de excelente contato com seus vizinhos... [...] Ela pela imensidão de seu amor, tinha um pouco de Deus; pela constância de sua dedicação aos seus e ao próximo, tinha um pouco de anjo. Agia com todas as forças de sua juventude, soube enriquecer de felicidade todos aqueles que amou. Deixou a vida muito cedo, mas na eternidade deverá ter uma auréola de todos os bem-aventurados.

Além disso, as justificativas salientavam as qualidades maternas, familiares e filantrópicas. Ou todas elas acopladas, conforme se depreende do arrazoado abaixo:

[...] passou pela vida distribuindo bondade, cultivando amizades e amando seus semelhantes. Casada com fulano de tal, teve desta feliz união matrimonial os seguintes filhos:[...], deixando um vácuo no coração dos muitos que admiravam o seu labor constante, a permanente disposição em ajudar os menos favorecidos pela sorte, predicados herdados pelos filhos e netos.

Para que as obras de filantropia de Dona [...] possam ser lembradas e seus exemplos assimilados pelas gerações futuras, julgamos justo a homenagem que se deseja prestar, perpetuando o seu nome em uma das ruas de Vitória.

As qualidades ou predicados considerados importantes às mulheres diferem-se bastante das exigidas ou esperadas nas justificativas para nomear logradouros com nomes de homens. Nessas são reforçadas as qualidades relacionadas ao mundo público, principalmente relacionadas ao trabalho desenvolvido por ele. Geralmente

cita-se o nome da empresa ou do local o qual trabalhou, como podemos verificar na justificativa abaixo:

Há a necessidade de perpetuar o nome do Sr..., pelo muito que fez pela nossa cidade [...] Trabalhou 30 anos na [...], onde se aposentou. Interventor do Sindicato do [...], membro da Campanha da vacina contra a tuberculose, Ex-presidente do Centro Espírita [...] reconhecido de utilidade pública por Lei Municipal.

Entretanto, na década de 1980, após o auge do movimento feminista no Brasil, já é possível verificar algumas mudanças. Das profissões encontradas junto às homenageadas, embora a maioria continuasse a ser professora (60%), depara-se também com profissões (40%) antes não mencionadas, tais como: funcionária pública municipal e federal, atriz, cirurgiã dentista, enfermeira, poetisa, nutricionista e parlamentar.

Além disso, se encontra mudanças no que se refere estado civil de 1980, 40% não foram identificadas nem como casadas nem como solteiras. Por isso, se pode inferir que, com as transformações do comportamento feminino, primeiro em relação ao trabalho e, depois em relação ao casamento, houve uma nova forma de qualificar a mulher que recebia o tributo<sup>138</sup>.

Logo, o fato de as mulheres terem adentrado ao mercado de trabalho proporcionou diferentes conceitos a elas, pois se pode reconhecê-las pela sua qualificação profissional.

Embora continue presente nas justificativas da década de 1980 qualidades como mãe amorosa, abnegada, amizade, bondade, honestidade, honradez, dedicação, paz, fé fervorosa e espírito humanitário, é possível encontrar novos predicados consonantes com as mudanças que a cidade de Vitória vinha passando, como, por exemplo: “primeira moradora do bairro”, “prestou relevantes serviços à comunidade”, “mulher mais idosa do bairro”, “mulher batalhadora que enfrentou todo tipo de dificuldade para criar seus oito filhos”, “especialista dedicada à sua profissão”, “desbravadora do bairro”, “participou da Academia Brasileira de Letras”, entre outros.

---

<sup>138</sup> A mudança de comportamento na sociedade vitorienne foi percebida por Nader (2003), ao identificar que as mulheres profissionalizadas mudaram a forma de se relacionar com o casamento.

As justificativas apresentadas naquela década também indicam uma crescente participação das mulheres nos movimentos sociais, principalmente nas associações de moradores dos bairros, que se debatiam por melhorias urbanas.

Além de ser uma das primeiras moradoras do bairro,... sempre se destacou pelas ações comunitárias, pela sua atenção e dedicação aos demais moradores, como também na defesa intransigente de todas as reivindicações dos residentes ali, as quais resultaram sempre em melhorias para o seu bem-estar.

Nessa época, se começa a utilização por moradores de bairros, de abaixo-assinados<sup>139</sup>. A partir dos anos de 1980, os projetos são acrescidos de listas de abaixo-assinados dos moradores dos bairros que desejam homenagear as mulheres para sugerir aos vereadores nomes para os logradouros. A participação feminina nos centros comunitários e noutras entidades de bairros favoreceu objetivamente as mulheres, como pode se observar na justificação abaixo:

Um abaixo-assinado que segue em anexo ao presente, dá mostra do quanto... foi estimada e exprime o desejo de significativas pessoas integrantes daquela comunidade que nutrem o mais profundo desejo de verem o seu nome eternizado numa das Ruas onde os mais chegados tiveram a felicidade de conviver ao seu lado.

Era um momento de afirmação do movimento popular que ia abrir caminho para que um maior número de mulheres fossem homenageadas com seus nomes nos logradouros da cidade.

Assim, o exame da questão, na década de 1980, mostra que se deram ao mesmo tempo o aumento da presença do movimento popular nas definições de nomes para os logradouros e um maior espaço para a sugestão de homenagens às mulheres. Era o resultado do envolvimento nos assuntos comunitários, e o desempenho da atuação em novos setores que não somente a esfera privada, já podia ser traduzido como um reconhecimento público da participação da mulher na história da cidade.

---

<sup>139</sup> A partir dos anos de 1980 os projetos são acrescidos de listas de abaixo-assinado dos moradores dos bairros que desejam homenagear as mulheres.

Nos anos de 1990, as professoras permaneceriam sendo as mais homenageadas e ocuparam um total de 60% dos logradouros batizados com nomes de mulheres, enquanto outras profissões outras profissões manter-se-iam na faixa dos 40%. Entre essas havia costureiras, secretárias, médicas, benzedadeiras, parteiras e até uma oficial-tenente da polícia. A diversidade de profissões era o reflexo da variedade de ofertas ensejadas pelo mercado de trabalho numa cidade que não parava de se desenvolver.

Ao mesmo tempo, caía em desuso a não referência (90%) ao estado civil da mulher nas justificativas dos projetos na década de 1990, revelando apenas 10% de mulheres casadas. Além disso, as justificativas também recaíam em relação ao desempenho da homenageada, enquanto militante das causas sociais, dando-se ênfase à participação feminina na história do bairro.

Dona [...] participou ativamente de toda a história de desenvolvimento deste bairro, assim como pessoa de ligação e união entre todas as vertentes políticas do bairro.

A partir do desenvolvimento da cidade de Vitória, a necessidade de se dar nomes aos logradouros tornou-se quase que uma obrigação, pois todos os moradores precisavam saber o nome da rua onde moravam e o número de suas casas e, muitos deles não tinham essa informação oficializada. Um fato que aparentemente é tão simples atualmente, mas não ter uma rua oficializada causava grandes transtornos para a vida da comunidade, poucas décadas atrás.

Talvez seja por isto que, durante o período pesquisado (1970 a 2000), em que o crescimento da cidade coincide com a implantação dos grandes projetos industriais, os vereadores dedicaram-se tanto a dar nomes aos logradouros: por uma necessidade legal e para facilitar a vida de todos que ali residiam. Tal fato pode ser percebido na seguinte propositura:

Justifica-se o presente projeto de Lei, considerando a importância da denominação oficial, porque os moradores sentem-se prejudicados, em relação aos Correios, Intimações Judiciais, e demais serviços que se faz necessário à Comunidade.

Vale ressaltar que um dos projetos com mais farta justificativa, pleno de dados biográficos e curriculares, incluindo até uma foto de corpo inteiro, foi o de uma professora negra que fora homenageada. Tanto esmero e riqueza de dados para justificar a homenagem a esta mulher mais parece um esforço adicional no sentido de não deixar dúvidas perante as razões da homenagem. O empenho na descrição da sua competência técnica chama a atenção porque pode sugerir a existência de uma discriminação ainda maior, sobretudo se for levada em conta a quantidade de mulheres negras homenageadas nos logradouros. Mesmo que nos projetos de lei pesquisados não haja referência à etnia da pessoa homenageada, porque raras são as vezes em que é possível ver uma foto em anexo, pode-se inferir que as mulheres negras sejam menos ainda homenageadas do que as mulheres brancas.<sup>140</sup>

A discriminação e o preconceito, de acordo com Munanga<sup>141</sup>, são 'transformados em armas ideológicas para legitimar e justificar a exterminação, a exploração e a exclusão de segmentos importantes da sociedade'.

Também é desse período a consolidação de reivindicações das mulheres, como a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher<sup>142</sup>, de autoria da vereadora Gilsa Barcellos (1988-1992), militante feminista que atuava como uma das porta-vozes das reivindicações feministas da época. O Conselho, diretamente ligado ao Gabinete do Prefeito de Vitória, foi criado com a finalidade de formular e promover políticas governamentais, medidas e ações para a garantia dos direitos da mulher.

A participação feminina nas Câmaras Municipais tem sido mais freqüente do que nas esferas estadual e federal, e são mulheres ligadas ao magistério, às comunidades, sendo que algumas são profissionais liberais. Embora certamente exista todo um conjunto de razões que expliquem a atual inclinação da mulher

---

<sup>140</sup> A idéia de raça aqui desenvolvida se constitui como uma construção social. Segundo Silvério, com raras exceções, raça, contemporaneamente, tem sido entendida enquanto um constructo social, não se referindo a qualquer categoria biológica. SILVÉRIO, Valter R, (2003). O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha B.G. (Org.) **Educação e Ações Afirmativas**. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica Brasília: INEP, Brasília, p. 57-77. Da mesma forma os homens negros devem ser menos homenageados com seus nomes nos logradouros públicos que os homens brancos. Neste caso a discriminação não seria somente de gênero, mas também de raça.

<sup>141</sup> MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lília M.; QUEIROZ, Renato S. (Orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo. Edusp, 1996, p 213-214.

<sup>142</sup> Lei n 39/92.

capixaba para vereança da capital, a facilidade para conciliar o trabalho exigido pela investidura política com as responsabilidades da atividade doméstica<sup>143</sup>, das quais a mulher parece ter grande dificuldade para se desvencilhar pode ser uma motivação em especial a ser salientada. Obviamente, outras causas podem ser mencionadas para justificar as limitadas possibilidades para a mulher aspirar postos políticos de maior autoridade. Uma delas não deixa de ser a exigência de possuir bases eleitorais bem distribuídas pelo estado afora, o que implicaria num estreito relacionamento político com prefeitos e outros líderes municipais, em sua maioria homens integrantes de um tradicional sistema político-partidário, que só recentemente começou a incorporar preocupações relacionadas à questão de gênero. Assim, no período que vai de 1970 até o ano 2000, pela Câmara de Vitória passaram as professoras Etta de Assis, Elizabeth Osório e Maria Ignez Pfister, as líderes comunitárias Gilsa Barcellos e Neuzinha de Oliveira e a advogada Luzia Toledo – esta, profissional liberal e solteira, seria depois vice-prefeita, deputada estadual, senadora e secretária estadual.

De acordo com Tabak<sup>144</sup>, além de empiricamente comprovado que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos de poder, a proporção feminina não corresponde jamais ao peso relativo da população feminina. De fato, há um progressivo aumento da representação feminina.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral<sup>145</sup>, de 1932 a 1982 foram eleitas 31 mulheres para a Câmara dos Deputados. A partir de 1986 foram eleitas 116 Deputadas Federais, sendo que em 1986, 26 mulheres; em 1990, 29; em 1994, 32; e em 1998, 29. No que se refere à eleição de senadoras, apenas oito mulheres foram eleitas: duas para o período 1991-1995; 4 para o de 1995-1999.

Para as Assembléias Legislativas Estaduais, os números indicam uma situação semelhante: de 1946 e 1982 foram eleitas um total de 111 Deputadas Estaduais. A partir das eleições 1982, o número quase triplica pois foram eleitas um total de 276 Deputadas: 31 em 1986; 58 em 1990; 80 em 1994 e 107 em 1998.

---

<sup>143</sup> PINHEIRO, Ana Alice Costa. A participação da mulher nas eleições de novembro de 1982 na Bahia. In: **Encontro Anual da Ancops**, 7, Águas de São Pedro: 1983. (mimeo).

<sup>144</sup> TABAK, Fanny. A década da mulher como forma de participação e pressão política avaliação e balanço. In: **Encontro anual da Ancops**, 9. Rio de Janeiro, 1985, p. 2. (mimeo).

<sup>145</sup> Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

Nas eleições proporcionais também vem aumentando o número de vereadoras eleitas. Nas eleição de 1992, foram eleitas 3.964 vereadoras, o que representava cerca de 8% do total de vereadores eleitos. Nas eleições realizadas em 1996, o número de mulheres eleitas é de 6.598, representando cerca de 12% do total. Já nas eleições de 2000, o número de vereadoras eleitas foi o de 7001, o que também equivale à cerca de 12% do total dos eleitos.

A realidade da incipiente participação das mulheres na política encontrada em Vitória é um quadro que se generaliza em toda a região metropolitana do país. Segundo Riane<sup>146</sup>, a presença das mulheres nos Executivos Municipais da Grande Vitória pouco se modificou no decorrer das eleições de 1982, 1988 e 1992, chegando à conclusão de que ainda é débil a participação feminina nestas instâncias. Embora todos os municípios metropolitanos tenham sempre apresentado candidatas, elas não conseguiram se eleger para os cargos de Prefeita e vice dos municípios da região metropolitana da capital capixaba. A exceção ficou para o menor município, Viana, que teve uma prefeita eleita, assim mesmo por causa de uma condição muito especial: ela figurava como vice na chapa do pai, que renunciou depois da posse, permitindo que a filha cumprisse o mandato e se reelegeresse. De acordo com a autora, nas câmaras municipais da Grande Vitória houve um crescimento progressivo do número de vereadoras. Em 1982, foram eleitas três mulheres, representando 4,28%. Em 1988, elegeram-se seis mulheres, representando 6,19%, perfazendo um crescimento de 50%. E, em 1992 foram eleitas oito candidatas, significando 8,8%, significando um aumento de cinco vereadoras entre os anos de 1982 e 1992.

No entanto, no que se refere à nomenclatura de logradouros não se constata a mesma proporção entre o aumento do número de mulheres homenageadas e a quantidade de representação feminina na Câmara Municipal, até porque a cidade de Vitória ainda não incorporou em sua história política uma tradição que dê relevo à igualdade de gênero em postos de poder.

---

<sup>146</sup> RIANI, Lourência. **A mulher na política capixaba**. Graduação (Trabalho de conclusão de curso). Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo/ Departamento de Serviço Social. 1994. 156p).

A ínfima representação feminina eleita para a Câmara Municipal da Capital, nas últimas décadas pode atestar esta realidade. Em 1982, na capital foram eleitas duas mulheres (10,53%) e 17 homens (89,47%). Em 1988, foram eleitas duas mulheres (9,52%) e 19 homens (90,48%). E em 1992, apenas uma mulher (4,76%) conseguiu se eleger enquanto 20 homens (95,24%) foram eleitos. Este quadro vai de encontro ao aumento significativo da participação da sociedade organizada na sugestão de nomenclaturas, fato que merece ser destacado, sobretudo se for considerado o expressivo aumento de 20% nas justificativas, contidas nos projetos de nomes de logradouros da década de 1990, que valorizavam a mulher engajada socialmente.

**nsid5**

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma cidade com diminuta quantidade de nomes de mulheres inscritos em seus logradouros públicos concorre objetivamente para a reprodução da discriminação de gênero. A metade feminina da população fica obscurecida, como se não tivesse participado da construção da cidade ou, na melhor das hipóteses, como se tivesse ocupado um papel secundário na obra. A subestimação do papel da mulher é tão flagrante que Luisa Grinalda, que por quatro anos governou como donatária a Capitania do Espírito Santo, não tem sequer um logradouro em sua homenagem.<sup>147</sup> Vitória, uma cidade secular, das mais antigas do Brasil, tem boa parte da sua história entendida a partir dos nomes de homens que figuram nas placas de identificação afixadas nos logradouros; nomes eternizados como personagens que protagonizaram sua epopéia.

O resultado desta pesquisa comprovou que dobrou o número de nomes de mulheres em logradouros públicos da cidade de Vitória após os anos 1970, levando em conta o período anterior.

Mesmo assim, este crescimento ainda não expressa o fim da sub-representação feminina em relação à quantidade de nomes de homens.

Ao lado da inferioridade numérica de logradouros públicos com nomes de mulheres, soma-se também a superioridade masculina no que diz respeito ao porte e importância desses perante a população. Isto é, há de fato uma sub-representação feminina nos logradouros cujos endereços possuem mais valor no mercado imobiliário, como as avenidas e ruas mais valorizadas e prestigiadas da cidade batizadas com nomes de personagens masculinos.

---

<sup>147</sup> "Em 1589, com a morte do donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho, sucedeu-lhe no Governo da Capitania sua viúva, Luísa Grinalda. O casal não tinha filhos para seguir a linha de sucessão. Dessa maneira, uma mulher herdou o posto e nomeou como adjunto o capitão Miguel Azeredo. Luísa Grinalda assumiu a Capitânia em 1589 e governou durante quatro anos, até 1593, quando perdeu o cargo em uma disputa judicial para o parente mais próximo de Vasco Fernandes Coutinho Filho. MORAES, Neida Lúcia. **A Saga do Espírito santo** – Das Caravelas ao século XXI. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/seculo/2000/seculo03/jeanne/index2.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

No que concerne à legislação, apesar de a escolha da nomenclatura de logradouros públicos ser mais uma forma de discriminação de gênero nem por isto percebe-se que a atuação do movimento feminista em Vitória foi suficientemente vigorosa para alterar os critérios definidos em lei para nomeá-los.

A razão pode estar no fato de que até agora não se tenha dado ao caso a devida importância. Até porque, provavelmente, não se tenha ainda identificado a discriminação contida no ato, de poder, de escolher os nomes dos logradouros.

Examinando-se as Justificativas, item exigido pela legislação que disciplina a feitura e tramitação dos projetos-de-lei, a influência da ação do movimento feminista é encontrada. É a razão pela qual se podem explicar alterações carregadas de elementos valorizando a mulher ao abordar a biografia da homenageada que não mais se esmeram em destacar a afinidade das mulheres com as prendas domésticas ou algo deste estereótipo feminino. Na busca de apoio à sua propositura, o autor do projeto até excede na ênfase da mulher dedicada às atividades fora do lar, no ambiente público e social.

Conclui-se, portanto, que o movimento feminista exerceu a sua autoridade na forma com a qual os vereadores e prefeitos passaram a biografar as mulheres, salientando qualidades próprias da mulher moderna, livre do arquétipo tradicional. Tal como ela passou a ser enxergada também nos diversos ambientes da vida social no mesmo período, influenciados, de maneira geral, pelo processo de mudança de valores e comportamentos da sociedade capixaba. A política capixaba, por sua vez, não haveria de ficar indiferente a toda mudança ocorrida e de algum modo responderia com mudança de atitude.

A partir do momento em que a discriminação é constatada, cientificamente, impõe-se obrigatoriamente a sua superação a fim de que seja resguardado o preceito de igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal.<sup>148</sup> Esta superação poderia se dar com uma emenda à

---

<sup>148</sup> “- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, nos termos da Constituição Federal, Art 5º, Inciso I.

legislação pertinente que se traduza num dispositivo legal afirmativo dos direitos femininos em Vitória.

As fontes das quais esta dissertação se serviu foram oficiais, e encontradas junto aos poderes municipais – Câmara Municipal e Prefeitura Municipal. Entretanto, para o tipo de levantamento proposto considerou-se apenas os logradouros nomeáveis tradicionalmente, entre os milhares que existem em Vitória. O esforço para reunir corretamente os dados colhidos nestas fontes primárias revelou que ainda é precário o zelo dispensado à feitura de leis municipais tão importantes para a memória da cidade. Antes de ser esta uma crítica às limitações deste serviço público, quer-se aqui salientar a ausência de uma biografia razoável dos nomes, de homens e mulheres, com os quais se batizou os milhares de logradouros da capital capixaba. Por isto, a impressão que fica é a de que o perfil do homenageado importa menos do que a capacidade do autor da propositura em ver aprovada e efetivada a homenagem com os votos dos seus pares.

A pesquisa foi realizada em Vitória, mas como se trata de uma tradição universal ela poderá agora ser aceita como uma referência para que também em outros municípios capixabas e brasileiros possam ser desenvolvidos novos trabalhos que contribuam para mensurar a valorização que se dá às mulheres munícipes e identificar motivações históricas que condicionam alguns costumes. O processo para nomear logradouros é semelhante em todos os municípios do Brasil e é quase que um privilégio consuetudinário dos vereadores e prefeitos a atribuição para tal fim. Levantar discussões nesta direção é estabelecer mais um vínculo ligando a problemática de gênero ao cotidiano e a vida da cidade.

A natureza da proposta trabalhada indica que pode ser muito vasto o terreno onde estão situadas as discriminações que são menos visíveis do que aquelas que se dão no mercado de trabalho e outros domínios igualmente freqüentados pela maioria dos pesquisadores da vida social. O movimento feminista, evidentemente, cumpre o papel de eleger os temas mais compatíveis para serem tratados numa ou noutra conjuntura, levando em conta a correlação de forças que se apresenta nos diferentes momentos. Mas a discriminação de gênero, como qualquer fenômeno

social, tem suas razões históricas e estas não estão necessariamente hierarquizadas em gradações de importância.

Os projetos de lei para denominar logradouros são considerados pela mídia pouco importantes, e, popularmente, conhecidos como cobra-d'água – pois não mordem nem tiram pedaços. A subestimação com a qual se trata este tema explica-se pela ausência de uma cultura valorizativa da memória, de preservação da identidade e da história de uma cidade que logo vai completar cinco séculos. Talvez a carência de trabalhos atualizados sobre os logradouros de Vitória esteja ligada à escassa bibliografia a respeito do tema. Daí a imperiosa necessidade de mais incursões acadêmicas nesta direção, a fim de que se transponha a lacuna existente hoje, facilitando eventuais consultas pelas futuras gerações de pesquisadores.

Ruas, avenidas, praças e demais logradouros são ordenados como uma necessidade para identificar e localizar o endereço das pessoas, empresas, hospitais, repartições públicas etc. O endereço certo e sabido não é uma exigência apenas para a comodidade, segurança ou logística. É, acima de tudo, uma questão ligada à própria cidadania. E não há rua, avenida, praça, beco, alameda e escadaria sem nome próprio – legalizado ou apenas conhecido como tal. Por isto é um equívoco a subestimação dada comumente aos logradouros e seus nomes. Não existe cidadania plena para quem não dispõe de seu próprio endereço.

Finalmente, pode-se acrescentar ao saldo que ficou da atuação do movimento feminista no período pesquisado com o aumento dos nomes de mulheres nos logradouros públicos de Vitória. Algo muito importante, mas não mais do que a alteração que se verificou nos procedimentos dos vereadores e prefeitos que exerceram mandatos nesta quadra. Aqueles que possuíam a prerrogativa legal para o exercício do poder de dar nomes aos logradouros públicos passaram a justificar suas indicações com argumentos bem mais compatíveis com toda uma realidade permeada pela obra do movimento feminista, durante o processo de industrialização da capital capixaba. Mesmo assim, parece que a persistente sub-representação

está aí a revelar que as mulheres continuam menos reconhecidas e valorizadas do que se pretenderia como ideal para uma época de modernização e urbanização.<sup>149</sup>

A precária coleção de nomes de mulheres nos logradouros não afeta somente uma compreensão deturpada sobre o caminho percorrido pelos capixabas em sua saga para erguer a capital com todas as qualidades dela conhecidas, mas também constrói uma imagem inapropriada, para com as futuras gerações, da importância do papel que as mulheres exerceram nesse processo.

---

<sup>149</sup> Segundo Hunner (2003, p. 15), a história dos últimos séculos, seja na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos ou de qualquer outra parte do mundo, ainda tem sido escrita, geralmente como se os importantes processos de industrialização, urbanização e até de reprodução da população acontecessem, aparentemente, sem a participação, ou mesmo a presença do sexo feminino.

## 5 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALICE, Ana. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **Caderno da CNTE**. Educação no combate à discriminação. Dia Internacional da Mulher. 2002.

ÁRIES, Philippe & DUBY, Georges. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.4.

BALCAO, Nilde. **Discriminação de gênero e omissão sindical**. CUT – espaço de mulheres e de homens. São Paulo, p. 9-16, abr.1993.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel,1960.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Petrópolis: Vozes,1985.

BLAY, Eva Alterman. **Mulher e estado**. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1988, 14. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. **Mulher Hoje**. Vol. 26. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1980.

BILICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas,1989.

\_\_\_\_\_.; SORJ, Bila. **Novos olhares mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994.

BÚSSOLA, Carlo. **O feminismo**: história de uma ideologia moderna. Vitória: Revista de Cultura/UFES, 1985.

CAMACHO, Thimoteo. **Mulher, trabalho e poder** - o machismo nas relações de gênero da UFES. Vitória: EDUFES, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora Unesp, 2001.

COLBARI, Antonia. Cenas do movimento sindical capixaba: o passado recente e os desafios atuais. In: **Escritos de Vitória: movimentos sociais**. Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, n.16, p. 13-43, 1996.

**Dicionário ideológico feminista**. Vitória Sal. Ed. Icaria, Espanha, 1991. Disponível em: <[creatividadfeminista.org/palabras\\_clave/machismo](http://creatividadfeminista.org/palabras_clave/machismo)>. Acesso em: 18 jun. 2006.

FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam. Cidadania para mulheres. In: **XVIII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo e Congresso Estatutário**, 11., 1995, Vitória. Anais... Vitória: SINDIUPES, 1995. p. 28-30.

FARIA, Nalu (Org.). **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF( Sempreviva Organização Feminista), 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FRANCO, Sebastião Pimentel & HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

HUNNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelo direito da mulher no Brasil (1850-1940). Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; Edunic, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Informativo da Comissão de Mulheres do Sindiupes – CUT. **Boletim da Mulher - CUT**. 1996 a 2006.

Informativo do Sindicato dos Bancários/ES. **Mulher 24 horas**. 1997 à 2006.

Informativo do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo. **8 de Março**: Dia Internacional da Mulher. Março de 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp. 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MARTINS, Ismênia de Lima. Apresentação. In: SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

MARTINS, Edna Calabrez. O brilho da metade do céu. In: **Escritos de Vitória**: movimentos sociais. Vitória: Secretaria de Cultura e Turismo, n.16, p. 57-63, 1996.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato S. (Orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo. Edusp, 1996, p. 213-29.

NADER, Maria Beatriz. **Mudanças econômicas e relações conjugais**: novos paradigmas na relação mulher e casamento. Vitória (ES) 1970-2000. 2003. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2001.

MORAES, Neida Lúcia. **A Saga do Espírito santo** – Das Caravelas ao século XXI. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/seculo/2000/seculo03/jeanne/index2.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2006.

NOVAES, Maria Stella de. **A mulher na História do Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: EDUFES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo/ Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

PINHEIRO, Ana Alice Costa. A participação da mulher nas eleições de novembro de 1982 na Bahia. In: **Encontro Anual da Ancops**, 7. Águas de São Pedro: 1983. (mimeo)

PINTO, Andréia Márcia. **A representação da mulher nos livros didáticos de História**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Ufes: 2001. 181f.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

RAGO, Margareth. O feminismo no Brasil. **Labrys**, estudos feministas, n.3, jan./jul. 2003.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)**, nº 57. Vitória: 2003.

RIANI, Lourênci. **A mulher na política capixaba**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/ Departamento de Serviço Social.1994. 156p. (Trabalho de conclusão de curso).

ROCHA, Gilda, **Imigração estrangeira no Espírito Santo**, Vitória: s.e., 2000.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo. 1955-1985. Vitória: FCAA, 1991.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **O poder do macho**. 4 ed. São Paulo. Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo**: uma abordagem didática e atualizada 1532-2002. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade**: mulher e educação. Porto Alegre, v. 16, n.2, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: UNESP. 1992, p. 63-95.

SILVA, Alice Inês de O. e. Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In: COSTA, Albertina de O.; SILVA, Erineusa Maria. **As relações de gênero no magistério a imagem da feminização**. Vitória: Edufes, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950-1980**. Vitória: EDUSP, 2002.

SILVÉRIO, Valter R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha B.G; \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação e Ações Afirmativas**. Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TABAK, Fanny. A década da mulher como forma de participação e pressão política avaliação e balanço. In: **Encontro Anual da Ancops**, 9, 1985. Rio de Janeiro, 1985. (mimeo).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES / Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória: A Biblioteca, 7. ed. rev. amp., 2006.

VÁRZEA, Mariana Nunes Pereira. **Mulheres de bronze**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): 1995.

VIANNA, Cláudia. **Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino**. In: Coordenadoria Especial da Mulher. Secretaria Municipal de Educação. **Gênero e educação: caderno de apoio para a educadora e o educador**. São Paulo, 2003.